



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 147 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PMDB	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PMRB	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Nelson Garcia
PMDB	Antonio Anibelli
PT	Ângelo Vanhoni
PDT	Luiz Carlos Martins
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 147

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Telegramas 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti 06

Dep. Barbosa Neto 07

Dep. Caíto Quintana 07

Dep. Hermes Fonseca 09

Dep. Ratinho Júnior 11

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 15

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 17

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch 18

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 19

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 08

Dep. Dobrandino da Silva 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em) 23

Redação Final 24

3ª Discussão 27

2ª Discussão 28

1ª Discussão 29

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão 43

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 44

Atas de Comissões

Especial de Investigação -

Fazendas 44

DIÁRIO Nº 147

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

14 DE DEZEMBRO DE 2006

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e

Waldir Leite (48).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (04).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Artagão Júnior e José Maria Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC nº 325/06, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 326/06, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 146/06, 389/06, 429/06, 459/06, 460/06, 461/06, 462/06, 463/06, 464/06, 465/06, 471/06 e 493/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3849/06/REDUR/LD, do Sr. Paulo Sérgio Talevi, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros em 28.11.06 no valor de R\$ 8.060,00 (oito mil e sessenta reais), referente à parcela do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/2004/MDA/Caixa, Programa Pronaf, junto ao Iapar. **Ao Conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

* Nº 11222796/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.410,00 - pagamento de faec sia - aids.

* Nº 11223004/MS/SE/FNS - valor de R\$ 114.456,56 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.

* Nº 11222969/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.693,42 - pagamento de psicodiagnóstico.

* Nº 11222952/MS/SE/FNS - valor de R\$ 275.503,20 - pagamento de saúde mental.

* Nº 11222942/MS/SE/FNS - valor de R\$ 24.720,00 - pagamento de prótese dentária.

* Nº 11222904/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.462.509,06 - pagamento de acompanhamento de paciente.

* Nº 11222506/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.931.012,05 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

* Nº 11222459/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.200,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

* Nº 11222450/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.200,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

* Nº 11222456/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.200,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

* Nº 11222842/MS/SE/FNS - valor de R\$ 25.228,40 - pagamento de fisioterapia.

* Nº 11222999/MS/SE/FNS - valor de R\$ 44.094,80 - pagamento de reabilitação.

* Nº 11223037/MS/SE/FNS - valor de R\$ 150.963,50 - pagamento de leucemia mielóide.

* Nº 11223038/MS/SE/FNS - valor de R\$ 39.690,52 - pagamento de terapia e psicoterapia.

* Nº 11223085/MS/SE/FNS - valor de R\$ 322.854,00 - pagamento de triagem neo-natal.

* Nº 11223098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 16.938,60 - pagamento de tuberculose.

* Nº 11222894/MS/SE/FNS - valor de R\$ 596,96 - pagamento de patologia clínica.

* Nº 11222863/MS/SE/FNS - valor de R\$ 135.100,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).

* Nº 11222420/MS/SE/FNS - valor de R\$ 114.400,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

* Nº 11222929/MS/SE/FNS - valor de R\$ 316.447,35 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.

* Nº 11222818/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.551,45 - pagamento de assistência domiciliar.

Ao conhecimento da Casa.

Indicação

INDICAÇÃO Nº 031/06

Solicita a instalação de telefonia fixa para atender os inúmeros apelos dos moradores da localidade à Rua da Erva Mate, Estrada da Ribeira, município de Colombo - sentido Bocaiúva do Sul.

Ilmo. Sr. Diretor da Brasil Telecom-Paraná, Amílcar Piazzetta Marques.

O Deputado Miltinho Pupio se dirige a V. Sa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - instalação, com a maior brevidade possível, de telefonia fixa nas Chácaras localizadas na Rua da Erva Mate, entrando à direita logo após passar pelo km 105 da Estrada da Ribeira - município de Colombo - sentido à Bocaiúva do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Colombo vem se caracterizando como um dos mais desenvolvidos do Estado do Paraná, pelo seu potencial comercial, industrial e de prestação de serviços, como em sua área rural pela diversificação agrícola em plena expansão. Para tanto, necessário é, que se implantem políticas voltadas à vocação regional e que atendem à demanda exigida por seus habitantes.

Dentro do exposto, pleiteamos que seja oferecido com urgência máxima, aos moradores o direito à telefonia fixa, a qual em muito ajudará a alavancar a economia local, proporcionando assim novas parcerias comerciais.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada da pauta da presente Sessão Ordinária do Projeto de Lei nº 599/06, que, equivocadamente consta como sendo de minha autoria, pelos motivos a seguir expostos:

1. a emenda apresentada na Sessão de ontem não poderia ser transformada em projeto à parte, uma vez que era modificativa a redação do artigo 2º do Projeto de Lei 550/06 para dele excluir a criação de cargo desvinculado da Secretaria da Criança cuja criação é o objeto do referido projeto;

2. o que ontem foi acordado em Plenário, conforme debates e notas taquigráficas que registram o acordo de lideranças, foi que se criasse o cargo de Diretor Presidente da TVE em projeto a parte, específico para esse fim, ao invés de embutido no projeto de criação da Secretaria da Criança que nada tem a ver com a TVE;

3. tal providência foi tomada para efeito de sanear o projeto de criação da Secretaria da Criança, em relação a inconstitucionalidade verificada em seu artigo 2º que afronta o ordenamento jurídico nacional no que respeita Lei Complementar que rege a elaboração legislativa e é de alcance nacional;

4. O projeto, como apresentado, desobedece os comandos normativos ditados pela Lei Complementar 97/98, alterada pela Lei Complementar 107/01, que dispõe sobre normas gerais sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão:

...

5. Justifica-se ainda a retirada do projeto, pelo equívoco de constar a criação do cargo de Secretário de Estado da Criança, quando deveria ser o de Diretor Presidente da RTVE além, evidentemente, de faltar competência a este Legislativo para iniciativa de projeto dessa natureza.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 559/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, item 15 da Ordem do Dia, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2925-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 041/05, 367/06, 125/05, 211/05, 287/05, 379/05, 580/05, 644/05, 038/06, 313/06, 620/05, 708/05, 775/05, 368/03, 549/03, 560/03, 572/03, 581/03, 192/04, 312/06, 187/06, 251/05, 423/06, 281/04, 292/04, 361/04, 408/04, 436/04, 471/04, 472/04, 487/04 e 495/04.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 14 de dezembro do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 15 de dezembro (sexta-feira), em Comissão Geral para o Projeto de Lei nº 531/06, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que altera o artigo 4º da Lei nº 10.233, de 28.12.92 (Institui a Taxa Ambiental).

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Duflío Genari, Reni Pereira, Nelson Garcia, Chico Noroeste, Cida Borghetti, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Antônio Anibelli, Pedro Ivo Ilkiv, Cafo Quintana, Elza Correia, Alexandre Curi, Cleiton Kielse, Vanderlei Iensen, Elton Carlos Welter, Mauro Moraes, Nereu Moura, Jocelito Canto e Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Especial logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 600/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Apoio ao Terceiro Setor - FATS, com sede e foro na cidade de Colombo, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Apoio ao Terceiro Setor também designada pela sigla FATS, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 02 de junho de 1998.

Trata-se de entidade que tem por finalidade a prestação de serviços de assessoria política, técnica, adminis-

trativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social. E desde 1998 a entidade vem prestando relevante trabalho à sua comunidade, entre eles: formação política, promoção social, sistematização e difusão de projetos de inclusão cidadã, estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e a geração de renda.

Tendo em vista o trabalho ininterrupto desenvolvido por esta entidade, observamos a relevância social e o reconhecimento da população da comunidade.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus a título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI S/Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um cidadão exemplar, figura humana maravilhosa e amigo sincero que está sempre pronto a ajudar a todos.

O Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, engenheiro, técnico em meio ambiente e atualmente Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, o qual dirige, onde busca com perseverança e seriedade a perfeição, procurando solucionar os problemas da profissão que abraçou.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobre Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra a Sra. Cida Borghetti.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sobre a Ordem do Dia, ontem apresentamos uma emenda, Sr. Presidente, naquele projeto que cria a Secretaria de Estado da Criança, estava se criando um cargo que não tinha nada a ver com a Secretaria da Criança. Foi feito um acordo aqui, e que seria apresentado um projeto separado. Hoje, eu vou olhar a pauta, aqui tem o seguinte

projeto: 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 599/06 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros.

Então, além de errarem que sou eu o autor do projeto, erraram duas vezes, porque estão criando novamente os cargos para a Secretaria da Criança. O que nós precisamos aqui, é claro, que o Governo precisa aprovar é a criação do cargo de Presidente da Rádio e TV Educativa.

Então há dois equívocos no item 21. Eu gostaria que fosse corrigido, porque senão daqui a pouco vão estar falando que eu estou criando cargo aqui, para o Governo.

Agradeço se V. Exa. puder resolver esse problema da pauta.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Eu conversei com o Deputado Rossoni, eu acho que já falei com o assessor da Mesa, e já houve o esclarecimento que há uma rasura feita nesse projeto, que fica alterado, que o Projeto nº 599, na verdade, cria o cargo de Diretor da TV Educativa e, não o cargo de Secretário de Estado da Criança.

Gostaria de fazer uma solicitação à Mesa, que eu vou retirar desse projeto o meu nome, até para não criar algum constrangimento, porque como esse projeto teria no meu entendimento, a prerrogativa de mandar o projeto, é do Governador do Estado, não é dos Deputados. Vou solicitar à Mesa, e vou fazer isso por escrito, que retire a minha assinatura do projeto, porque da mesma forma, eu acho que não tenho a prerrogativa de criar o cargo de Diretor da TV Educativa.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Respondendo ao Deputado Rossoni. Foi colocado o nome do Deputado Rossoni, porque foi o primeiro que estava na frente do projeto, entre outros Deputados que assinaram e, realmente foi uma falha. Ele tem que sair do projeto original e só estar constando no projeto à parte.

Eu consulto ao pessoal do Governo, se posso fazer essa ratificação em nome de alguém do governo, como autor do projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Eu acho o seguinte, eu gostaria de expor o meu ponto de vista, a partir do momento que nós aprovamos na Casa, o desmembramento do artigo II, obviamente o autor continua sendo o Executivo. Tanto do artigo 1º, quanto do artigo 2º. Não é nem o Deputado Rossoni, nem o Deputado nosso, porque se fosse um Deputado da Bancada do Governo, ele seria inconstitucional. Nós aprovamos o desmembramento.

Portanto, o autor, a origem continua sendo o mesmo, o Executivo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

É porque Sr. Presidente, a nossa história é pelo que é escrito.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Rossoni, o projeto original, aqui, já foi consertado. Está criando o cargo de Diretor-Presidente da Rádio e TV Educativa do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

De autoria do Governo?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

De autoria do Governo. Nós já estamos consertando.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Pedro Ivo, 1º Secretário Carlos Simões, 2º Secretário Geraldo Cartário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, taquigrafia, funcionários desta Casa.

Hoje é um dia importante, é um dia que marca com alegria, com tristeza. Mas eu queria aqui inicialmente citar a Madre Tereza de Calcutá. Vocês vão entender o porquê.

(Lê):

Muitas vezes as pessoas são egocêntricas, ilógicas e insensatas.

Perdoe-as assim mesmo.

Se você é gentil, as pessoas podem acusá-lo de egoísta, interesseiro.

Seja gentil, assim mesmo.

Se você é um vencedor, terá alguns falsos amigos e alguns inimigos verdadeiros.

Vença assim mesmo.

Se você é honesto e franco as pessoas podem enganá-lo.

Seja honesto assim mesmo.

O que você levou anos para construir, alguém pode destruir de uma hora para outra.

Construa assim mesmo.

Se você tem paz, é feliz, as pessoas podem sentir inveja.

Seja feliz assim mesmo.

Dê ao mundo o melhor de você, mas isso pode nunca ser o bastante.

Dê o melhor de você assim mesmo.

Veja você que no final das contas, é entre você e Deus.

Nunca foi entre você e as outras pessoas.

Eu falo isso porque hoje, pela manhã, eu pude participar da missa em homenagem ao Diretor Geral Adjunto, desta Casa, que começou aos 12 anos de idade, acompanhando o seu pai, seu Clavio funcionário dessa Casa, da Assembléia antiga, como o seu neto Luiz Felipe. Também na sua idade o seu avô começou trabalhando com o seu pai, que aprendeu muito. O Molinari conquis-

tou as pessoas com a sua maneira gentil, ajudou os funcionários. Aliás, tinha um coração imenso, ajudou a todos que aqui chegaram. Os novos Deputados, os antigos, os funcionários. Com o seu coração conquistou a todos nós.

Na tarde de hoje, gostaria, em nome desta Casa prestar uma homenagem pela passagem de um ano de falecimento de Luiz Carlos Molinari. A sua família está aqui, na presença de Alessandra Molinari Sequinel - filha; Clavio Augusto Molinari - filho; Maick Luiz Sequinel - genro; Luiz Felipe Sequinel - neto.

Tenho certeza que o pai de vocês deixou um legado muito grande, que vocês vão carregar para o resto das suas vidas, pela humildade, pela franqueza, pela determinação, pelo carinho. Aliás, trabalho até o último suspiro da sua vida ele esteve nessa Casa trabalhando. Um dia antes do seu falecimento o Presidente Hermas Brandão, o Bispo de Curitiba Dom Moacir Vitti esteve na sua sala, eu estava acompanhando, e deu uma benção especial ao Molinari e, no dia seguinte pela manhã, junto com o Sandro que esteve sempre ao seu lado, cuidando com todo o carinho, ele faleceu, partiu em paz, mas fica aqui a boa lembrança, do bom funcionário, do funcionário exemplar e da boa pessoa, da pessoa humana que foi enquanto em vida.

Muito obrigada a todos vocês e um abraço fraterno aos familiares. Queria registrar também a sua esposa Cíntia, que participou conosco da missa, hoje pela manhã.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Faço uso da palavra nesse momento, para registrar aqui o voto contrário que proferi nesta manhã, durante a Sessão da Comissão Especial de Investigações de Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná, Comissão esta que tive a satisfação de ser o Relator. Eu tive muita satisfação de poder trabalhar sob a Presidência do Deputado Elio Rusch, ao lado dos Deputados Reni Pereira, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Milton Pupio, enfim, dos Deputados que fizeram parte desta Comissão Especial de Investigação. O meu voto foi contrário, por acreditar que o relatório que nós produzimos, juntamente com o Dr. Wilson Penka, juntamente com o Dr. Jefferson Abade, que são funcionários desta Casa. É um relatório transparente, isento e, acima de tudo, responsável.

Nós ouvimos contra-argumentações que engrandecem o debate democrático e, com certeza, faz com que o nosso trabalho seja valorizado.

Eu não posso deixar de também dizer aqui que o meu relato foi mutilado. Ouvi alguns eufemismos na tentativa de “dourar a pílula” em relação a um problema extremamente grave que merece uma resposta da nossa sociedade. Afinal de contas, nós gastamos o nosso tempo, o povo do Paraná paga o nosso salário, paga as nossas despesas quando estivemos em diligência. Lá constatamos, nas Fazendas Boito, Kelly, 4-R e na Fazenda Syn-

genta que a desordem se imperava no momento das invasões nestas propriedades e o direito à propriedade é um direito legítimo.

Nós do PDT, através de Leonel Brizola temos um know how do assentamento democrático através da reforma agrária que foi feita no Rio Grande do Sul, em 1959 e, portanto, podemos falar com conhecimento de causa. Não podemos admitir que o nosso relatório que previa, de acordo com o artigo 89 da Constituição do Estado, a responsabilização do Governador, por descumprimento de mandados de reintegração de posse.

Nós temos que ser legalistas ao extremo e não quero manchar a minha passagem por esta Assembléia Legislativa. Devemos respeitar as posições e a opinião de todos os membros desta Casa. Em nenhum momento nesta minha curta passagem por aqui, eu deixei de faltar com este compromisso, sempre dentro de um decoro parlamentar. A minha opinião é sagrada como é sagrada também a opinião de todos os demais pares desta Casa, mas não posso deixar de dizer que o relatório que foi aprovado impede que o processo continue tramitando dentro desta Casa, de acordo com o Regimento Interno e de acordo com o que a sociedade espera de uma resposta de todos nós.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados que fui voto vencido, mas a minha posição ideológica, a minha posição política fica registrada nesta Casa possa julgar, para que os eleitores possam julgar e a gente tem que seguir uma biografia, principalmente que seja coerente com o nosso ponto de vista e com a nossa consciência acima de tudo.

Eu gostaria, Sras. e Srs. Deputados, de dizer que até consenti com o retardo dessa nossa relação, para que o Governo do Estado possa proceder às investigações e, conseqüentemente, o respeito às reintegrações de posse por sessenta dias. Não posso deixar que seja omitido o projeto de resolução instaurando o processo de julgamento do Governador o que estava previsto no voto em separado do Deputado Milton Pupio. Não quero entrar no mérito, porque não temos tempo, mas teremos o prazer de deixar pública a nossa posição aqui ou em qualquer outro lugar, quando nós seremos instados a poder debater essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia de hoje onde deverá estar o maior número de Parlamentares a partir do momento das votações.

Mas gostaria Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, até por ter estado na minha infância em colégio Interno, ter aprendido no curso da vida que a convivência das

peessoas, independente das suas posições é uma convivência que precisa ser harmoniosa. E sempre que nos afastamos por uma razão ou outra das pessoas, fica um sentimento de ausência daqueles que você está acostumado no dia-a-dia.

Esse pronunciamento é apenas para colocar o sentimento de que no final de semana, possivelmente amanhã, nós estaremos na prática encerrando este mandato. E mesmo tendo convivido pouco tempo com a Assembléia Legislativa em razão de ter sido Secretário da Casa Civil, quero registrar aqui a satisfação de poder ter convivido num período da nossa vida com companheiros que não estarão aqui pelas mais variadas razões no ano que vem.

Hoje, pesquisando a relação dos atuais Deputados, percebe-se que os companheiros Ademir Bier, Ailton Araújo, Arlete Caramês, Bradock, Cesar Seleme, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo, Rafael Greca, Stica, Vanderlei Iensen, Waldir Leite, o próprio Presidente Hermas Brandão, Renato Gaúcho que não concorreu, Marcos Isfer, como também os Deputados Federais eleitos nesse último pleito. Barbosa Neto, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Ratinho Júnior, totalizando 23 companheiros, que a partir do ano que vem, por uma razão ou outra, não estarão nesse plenário na convivência dessa Casa.

A todos esses, nessa Sessão que antecede o dia em que a Assembléia estará encerrando os seus trabalhos, quero, do fundo do coração, agradecer a convivência harmoniosa a todos aqueles que entenderam que a Assembléia Legislativa é uma Casa plural, os partidos, os segmentos sociais, os mais cultos e os menos cultos convivem aqui dentro. Dentro do mesmo propósito. E é muito importante que aqueles que aqui permanecem, aqueles que daqui estão saindo e aqueles que vão entrar, entendam a convivência plural que essa Assembléia nos leva a ter. A discussão das idéias, os embates da Situação e Oposição que não transgridam para o lado pessoal, que as pessoas possam abrir tranqüilamente qualquer porta da Assembléia sem o risco de lá encontrar algum desafeto pessoal que esteja apenas na sala ou numa reunião alguém que politicamente tenha um parecer diferente do nosso.

Mas quero, profundamente, valorizar o trabalho que foi feito, aqui, daqueles que não estarão. Muitas e muitas vezes, a missão da Assembléia Legislativa, o empenho na Assembléia Legislativa, nas comissões, no Plenário, na convivência diária, nas posições ideológicas, nas defesas constantes das nossas crenças não ultrapassam as paredes desta sala. E muitas e muitas pessoas que seguramente farão falta ao Estado do Paraná no seu Poder Legislativo...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Eu utilizo parte do horário do PMDB, se me permite nosso líder.

Muitas destas pessoas farão muita falta ao Paraná. E este processo de amadurecimento, de conhecimento daquilo que está na Assembléia Legislativa, ele passa inclusive por esta colocação, Sr. Presidente e o futuro Presidente da Assembléia, de nós colocarmos, sim, a possibilidade de que o eleitor, o cidadão, o paranaense, acompanhe os trabalhos que se passam aqui, o trabalho nas comissões, o trabalho no Plenário, porque senão, muitos e muitos que dedicaram dias e dias em favor de projetos importantes para os paranaenses, sacrificando de poder estar nas suas bases eleitorais para estar aqui, fazendo leis do interesse do Paraná, acabam não sendo reconhecidos pelo cidadão e pelo eleitor.

Eu desejo a todos aqueles que deixam esta Assembléia Legislativa no final deste mandato que tenham na sua vida política ou particular, total certeza de que durante o tempo em que aqui estiveram foi cumprido com o objetivo de fazer desta Assembléia Legislativa um local de ressonância dos desejos da população e um local de embate de idéias que sejam boas para o Paraná. Sei que este momento é ruim para se interpretar, naqueles que saem e n aqueles que ficam, porque o importante é que nós pudéssemos ter aqui nesta Casa uma convivência maior e mais contínua. No entanto, nem só com um mandato se pode ajudar ao nosso Estado do Paraná e nem só um mandato é que nos une no desejo de trabalhar para o nosso Estado.

Tenho dito, sempre, no curso de minha vida, que mandatos e cargos são passageiros. O que importa é que no exercício destes mandatos e no exercício destes cargos nós tenhamos feito bons amigos, porque amizade é uma coisa que é eterna e dura para sempre.

Muito obrigado pela atenção dos Deputados. Eu parabeno aqueles que ao sair desta Casa mantenham firmeza em continuar fazendo política em suas cidades ou retornar a esta Casa numa próxima legislatura, mas acima de tudo de ser cidadãos que possam contribuir com o nosso Estado do Paraná. E a nossa esperança que os Deputados Federais eleitos em Brasília representem os interesses do nosso Estado, independente da cor partidária que lhes cobre o mandato e lhes dão o direito de poder votar as leis de interesse dos Estados e da Nação.

Muito obrigado e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Está ausente.

Concederemos a palavra ao próximo orador inscrito, Hermes Fonseca.

Deputado Hermes Fonseca (PT)

O SR. HERMES FONSECA

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas. Hoje é um dia muito especial para mim e para os meus companheiros de caminhada. É especial porque a partir desta data darei início a uma nova etapa de um projeto político que represento. Projeto esse que tem como característica no seu DNA o interesse coletivo, de participação popular, o amor pela região que me delegou o mandato parlamentar nos últimos oito anos: o Norte do Paraná.

No meu último discurso eu não poderia deixar de homenagear todos os meus colegas de Parlamento, os que ficam e os que também vão comigo para novos desafios.

Embora em alguns momentos da nossa vida política estivéssemos em trincheiras opostas - por convicção ideológica e programática -, entrando em debates até ásperos, sempre tentei ser um adversário leal, mas firme nas posições que julguei mais justas ao povo paranaense e fiel aos meus companheiros de jornada.

Deixo aqui, nesta Casa, uma legião de companheiros, por isso, permitam-me, caros Deputados e Deputadas, colegas de Parlamento, de chamá-los simplesmente de amigos, daqui para frente.

Eu aprendi muito na Assembléia Legislativa do Paraná. Lembrem sempre que independente das disputas políticas e eleitorais, as quais muitas vezes nos pautaram nas regiões e cidades em que vivemos, somos homens e mulheres que sonhamos com um mundo melhor e por causa disso mesmo jamais poderemos perder o horizonte de ternura e da solidariedade.

Hoje não direi adeus, Sr. Presidente, porque só pretendo dizer até logo.”

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria de interromper o discurso do Deputado Hermes, um discurso tão importante, para registrar a presença do Senador Álvaro Dias, e dar as boas-vindas ao Senador e ex-Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Essa Casa registra e dá as boas-vindas ao Senador Álvaro Dias. Seja bem-vindo.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) **(Pela Ordem)**

Gostaria de cumprimentar o Senador do Paraná, Álvaro Dias, e que hoje inclusive eleito o melhor Senador do Brasil, e que merece o respeito do Paraná, merece o respeito desse Parlamento, Estamos inclusive protocolando na tarde de hoje um requerimento parabenizando por essa vitória o Senador que honrou o nosso Estado, está honrando os votos que aqui recebeu e foi reconduzido ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Suspendo a Sessão por dois minutos para os cumprimentos ao Senador Álvaro Dias.

Está com a palavra o Deputado Hermes Fonseca. V. Exa. terá mais alguns minutos como forma de compensarmos o tempo que perdeu.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

(Lê):

“Digo isso não em função de um exercício de futurologia, mas porque vou continuar na vida pública não por uma vontade pessoal e sim pelos parceiros políticos, pela minha região, pela minha querida Cornélio Procópio e pelo povo paranaense.

Quero aproveitar esta oportunidade, meus amigos, para confessar que sairei daqui com a sensação do dever cumprido e de ter ajudado aos meus pares no aperfeiçoamento legislativo, por meio da minha atuação na Comissão de Constituição e Justiça, e ter servido ao meu povo com ações e projetos de grande envergadura.

Não poderia esquecer da luta incansável que travei em parceria com o Presidente, meu amigo pessoal, Hermas Brandão, para transformar em realidade o sonho da Universidade Estadual do Norte do Paraná, que já tem seus campi funcionando em Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio.

Muito obrigado, Hermas, pela sanção da lei que instalou essa nova universidade na nossa região.

Também recorro ao árduo trabalho pela elevação do status do Cefet a universidade, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Quando fui Prefeito de Cornélio Procópio, em 87, tive a honra de instalar no município uma unidade do Cefet, que hoje passou a ser um campus. Fui o autor da Indicação Legislativa nº 56, ainda em 2003, nesta Casa, que ajudou a transformação da antiga escola técnica em Universidade - a primeira do gênero no país e a segunda instituição de ensino superior federal no Paraná.

Caros amigos, é com muita satisfação que relatei projetos importantes e fundamentais para que o povo possa viver bem e melhor e para que haja cidadania em sua plenitude a todos os paranaenses.

A aprovação do salário mínimo regional de R\$ 437 colocou o Paraná na vanguarda com o maior piso salarial do país e elevou o poder de compra dos trabalhadores, contrariando os prognósticos daqueles que previam a catástrofe econômica. Tive coragem e relatei favoravelmente a essa proposta do Governador Roberto Requião e fiz o grande debate com a opinião pública que a acolheu, e, que também vocês aprovaram aqui no Plenário.

Combati o bom combate contra a indústria do pedágio, que é um câncer que vem vitimando aos poucos os produtores e elevando o custo Paraná. Sou contra o pedágio por uma questão de princípio, meus amigos e minhas amigas. Não me cansarei de vir a público denunciar os desmandos das concessionárias que exploram o pedágio nas rodovias paranaenses.

Enquanto houver práticas questionáveis que envolvam a economia do Estado e a segurança da população, estarei voltando ao tema. Queira o lobby do pedágio ou não. Não recuarei de minhas convicções sobre os efeitos maléficos que o pedágio causou e ainda causa ao Paraná. Até mesmo as entidades técnicas da engenharia e da arquitetura já firmaram o seu descontentamento com a cobrança extorsiva dos usuários que, num círculo vicioso, impacta negativamente os segmentos produtivos e destrói a competitividade de nosso mercado perante o resto do país.

Meus companheiros, meus amigos, e amigas. Estou indo, mas deixo tramitando nesta Casa diversos projetos de interesse da sociedade civil organizada, que foram apresentados depois de debates com várias entidades. Um deles é o que institui o Parlamento Jovem. A idéia central do projeto em tramitação consiste na eleição de Deputados jovens nas escolas e universidades paranaenses. Seriam eleitos 54 Parlamentares (30% seriam oriundos do ensino superior e outros 70% das escolas secundárias), a mesma quantidade de cadeiras da atual legislatura, cujo processo eleitoral seria coordenado pela União Paranaense dos Estudantes (UPE) e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Outro propõe a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária (ECOS) e a instituição de um selo para os produtos originados nos arranjos produtivos da agricultura familiar, atendendo reivindicação da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná (DRT). Ao criar o Selo de Economia Solidária, o projeto busca instituir um elemento identificador dos empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o consumo ético, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e a diversidade de culturas, aspecto essencialmente característico do produtor paranaense.

O projeto de lei que apresentei também visa centralizar todas as políticas sociais existentes num Conselho de Economia Solidária (CECOS), que seria eleito numa conferência específica, e, que as próprias entidades da sociedade civil organizada e os órgãos públicos ligados ao segmento geririam os recursos e o funcionamento dos programas executados.

Minhas amigas Deputadas. Durante o meu mandato também legislei em favor das mulheres. Tive a felicidade de fazer uma proposição ao Governador Roberto Requião propondo a prorrogação da licença-maternidade de 120 para 180 dias (seis meses) às servidoras públicas do Estado do Paraná e que concede incentivo fiscal às empresas privadas que adotarem o mesmo procedimento. A prorrogação da licença-maternidade de 120 para 180 dias é uma prerrogativa constitucional exclusiva do Governador, a exemplo do salário mínimo regional, que relatei nesta Assembléia Legislativa. Deixo esta bandeira para que vocês a levantem bem alto

em nome dos avanços sociais, que ainda estão em curso no Paraná.

Sr. Presidente, eu também fui designado para representar os piscicultores. Há mais de uma década pescadores, técnicos das universidades e faculdades da região Norte e a Associação de Piscicultores vinham lutando para conseguirem criar a tilápia em tanque-rede do lado paranaense do Rio Paranapanema. Porém a burocracia dos órgãos ambientais no Estado não permitia. Enquanto do outro lado (paulista) a atividade não só era permitida e, pasmem, era financiada pelos bancos públicos. Nossa atividade parlamentar reverteu isso.

Para os municípios lindeiros do rio é um alento. A cadeia produtiva da atividade se estabeleceu no curtíssimo prazo e já estão vindo os frigoríficos de peixe, as fábricas de ração (incorporando a espinha da tilápia), as unidades de artesanato (aproveitamento da pele da tilápia). É sem dúvida, a redenção de muitos municípios e uma questão de justiça para aqueles pequenos proprietários que tiveram suas terras alagadas voltarem ao seu habitat.

Meus amigos e minhas amigas. Sou um democrata por convicção, por isso defendo maior participação popular nas coisas públicas. O controle social é fundamental para o aprimoramento da cidadania e para a melhor obtenção de resultados. É neste sentido que eu apresentei um projeto de lei que está tramitando nesta Casa que garante a instalação do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná. O projeto visa propor, normatizar e fiscalizar a implantação de políticas públicas em defesa da igualdade racial. Ele foi protocolado em novembro passado, durante a semana em que se comemorou a data de Zumbi dos Palmares. O novo Conselho também tem como objetivo o reconhecimento da participação histórica da comunidade negra enquanto agente social de produção de conhecimento, riqueza e preservação das tradições negro-africanas."

Sr. Presidente, meu amigo Hermas Brandão. Ontem, eu estive em Brasília participando de uma reunião para a implantação do Parlamento do Mercosul. Fazem parte desse conclave: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Venezuela. Fizemos a proposta para que seis Deputados Estaduais escolhidos pela União dos Parlamentares do Mercosul e da Unale integrem o novo organismo que está nascendo. Para que vocês tenham um parâmetro, o Parlamento do Mercosul funcionará nos mesmos moldes do Parlamento da Comunidade Europeia. Será um fato histórico sem precedentes na luta pela integração latino-americana e a concretização de um sonho começado pelo libertador Simon Bolívar.

Por fim, meus amigos e minhas amigas, muito obrigado a todos. Muito obrigado aos meus companheiros e amigos de bancada.

Muito obrigado aos Parlamentares desta Casa. Muito obrigado aos servidores da Assembléia Legislativa, indistintamente, a todos os servidores. Muito obrigado pela compreensão, pela ajuda e pela amizade.

Vou cumprir o que prometi no início do meu discurso: não direi adeus. Apenas direi até logo!
Muito obrigado e até breve!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito Deputado Ratinho Júnior.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Volto a esta tribuna, não para uma despedida, mas para uma palavra de gratidão e fidelidade.

Há quatro anos, fiz aqui meu discurso de estréia. Coloquei-me, como agora, na perspectiva de aprendiz. Lições passadas por tantos que ilustram e ilustraram esta Casa.

Hoje, vencida uma etapa desse aprendizado, sinto a emoção de deixar a Casa onde me fiz plena e orgulhosamente político. Vou agora para novas lições na Câmara Federal, a Casa do Povo, com a generosa confiança do povo do Paraná. E aqui venho à presença dos meus Pares dizer do fundo do coração: muito obrigado pela extraordinária convivência.

Lições de política democrática

Obrigado pela prática permanente do diálogo, do debate - freqüentemente acalorado; crispado, aqui e ali, pelo risco de impasses que fomos capazes de superar, para o bem do Paraná e do país; mas sempre leal e construtivo. Não poderia haver exercício mais gratificante do que esse para alguém, como eu, que entende que a política democrática deve ser uma forma de convivência civilizada: a arte de transformar a sociedade acreditando nas próprias razões, mas ouvindo as razões do outro e medindo as conseqüências dos próprios atos. Porque o modo democrático significa também mudança das consciências através do convencimento. E este, quando não é imposição disfarçada, é um processo de esclarecimento recíproco que supõe a possibilidade tanto de convencer como de ser convencido.

Obrigado pelos exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher nesta Casa. Foram tantos, e tantos lados, que só fizeram fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conhece fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o povo e para o país como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor. Discernimento que provém - e isto eu também aprendi aqui - muito mais da experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico.

Nas andanças pelo Paraná, quantas vezes não li no olhar do cidadão, do eleitor mesmo mais humilde, nos lugares mais remotos, a mensagem tocante de confiança, mas também de cobrança ativa de quem sabe e se orgu-

lha de ser cidadão? Quem leva no peito esse sentimento, mesmo quando ele ainda nem se traduz em palavras, saberá repelir tanto o salto no escuro como o retrocesso a situações autoritárias. Ou - o que seria talvez o pior dos cenários - o marasmo de uma democracia meramente formal, esvaziada de conteúdo econômico e social pelas pragas do elitismo, do fisiologismo e do corporativismo.

Não deixa de ser espantoso que uma sociedade marcada por tamanhas desigualdades, e castigada, no passado recente, por decepções tão amargas com seus representantes, tenha sido capaz de marchar para as urnas com tanta tranqüilidade. E que afinal saia das eleições unida em torno da perspectiva de um amanhã mais próspero e justo pela via democrática.

Eu me pergunto: e nós, os depositários desse voto de confiança? Seremos capazes de superar nossas próprias deficiências para corresponder aos anseios da sociedade? O colapso das fronteiras ideológicas no mundo repercute, até com algum atraso, na política doméstica, arrefeceu os ímpetos sectários à esquerda e à direita.

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se.

O amadurecimento da sociedade vem acompanhando, assim, de uma saudável distensão das forças políticas. Saudável, não porque a polarização seja um mal em si - ao contrário, ela é a mola do processo democrático. Saudável, porque a remoção das barricadas do passado abre caminho para um outro tipo de recorte partidário, que não bloqueie o diálogo e que, em vez do imobilismo, instaure e dinamize a competição entre diferentes alternativas de construção do amanhã.

A democracia brasileira finalmente repousa sobre alicerces firmes, embora seu travejamento institucional ainda demande reparos. E rendo aqui minha homenagem aos que, mantendo posições partidárias e convicções pessoais, tem sabido dar-se as mãos e dar a mão ao Estado e ao País para superar os impasses que se apresentam e se apresentarão ao longo do caminho.

Congresso, solucionador de impasses

Os políticos em geral, e o Poder Legislativo em especial, têm sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida “solidariedade de classe”. A sociedade tem direito de ser dura, implacável mesmo, na cobrança de decência e transparência de seus representantes.

Mas há que separar o joio do trigo, até para que a cobrança seja eficaz.

E vejo que assim tem sido. A imprensa tem atuado firmemente neste embate. Jornalistas, homens e mulheres dedicados a pesquisar e informar tem exercido papel fundamental no processo de restauração política. E aqui vejo uma oportunidade para agradecer nossos valores jornalís-

tas que no dia-a-dia tem dado plena cobertura aos acontecimentos desta Casa e levado ao povo do Paraná as informações necessárias sobre o que aqui se faz. São como que, os olhos e os ouvidos do povo.

De minha parte, procurei honrar a Casa e os votos do povo do Paraná exercendo com convicção meu mandato de Deputado Estadual. Participei ativamente das Comissões Permanentes de Educação, de Obras e da de Constituição e Justiça.

Fui Relator da CPI da Copel quando manifestei meu pensamento sobre a importância na manutenção da empresa no âmbito do Poder Público. Tenho certeza, como as senhores e os senhores Deputados, de que ela exerce papel relevante na estratégia de desenvolvimento do Estado.

Projeto de lei de minha autoria, que foi honrado com um voto desta Casa, visava controlar a violência praticada através das armas de fogo. Naquela ocasião nos aliamos àqueles que entendiam que a melhor solução seria colocar em debate a questão da violência pela paz e o controle do uso e da posse das armas de fogo. E foi um grande movimento que empolgou todo o Estado do Paraná. Cerca de 30.000 armas de fogo foram devolvidas e destruídas pelo Exército Brasileiro. Vidas foram preservadas. Famílias deixaram de ser destruídas!

Sei que não é o suficiente. Mas é parte daquilo que temos que fazer.

Também fui honrado com a aprovação da Lei do Pregão Eletrônico para contratações de bens e serviços no âmbito do Estado, dos Municípios e mesmo das entidades conveniadas. Trata-se de uma possibilidade de controle do dinheiro público a ser aplicado pelo gestor através da visibilidade dos processos de licitação.

Esta Casa também aprovou e é lei, a vedação de concessão de incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para empresas que por suas atividades causem danos a saúde e segurança dos trabalhadores. Ainda nesta mesma linha propus recentemente que as empresas que tenham recebido incentivos fiscais para implantação ou expansão das grandes fiquem impossibilitadas de realizar demissões em massa.

E foram ainda muitos projetos de lei, indicações, requerimentos que apresentamos como participação no esforço comum desta Casa na ação que visa as democracia e a justiça social: sobre os usuários dos serviços públicos de saúde; sobre a proibição da exigência de caução ou depósito prévio de qualquer natureza para internamento de pacientes em hospitais ou estabelecimentos similares; sobre políticas e ações para orientação, prevenção e tratamento de usuários de drogas; sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado do Paraná; sobre a redução e isenção de impostos na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar; da criação da universidade para o desenvolvimento do litoral do Paraná; a implantação de programa de identificação precoce da deficiência auditiva; do emprego do pregão eletrônico ou presencial nas compras e serviços no

âmbito da Assembléia Legislativa e tantos outros generosamente tiveram a colaboração e incentivos das senhoras e senhores Deputados.

Agradeço aos funcionários desta Casa: o pessoal da limpeza, o pessoal da copa e do restaurante, das Comissões, da segurança, dos diversos departamentos, os Diretores.

Agradeço aos jornalistas que com eficiência cobrem as atividades desta Casa dando visibilidade às nossas palavras e ações.

Agradeço às Sras. Deputadas e Srs. Deputados pela convivência democrática. Pelo aprendizado e pela participação.

Agradeço ao povo do Paraná pela confiança.

Agradeço o empenho e a dedicação de minha equipe, sem os quais nada poderia ter sido feito.

Agradeço a minha família que sempre está ao meu lado.

E peço que o bom Deus nos ilumine e nos dê força para trabalhar pelo povo do Paraná, com fidelidade e firmeza.

Muito obrigado!"

Muito obrigado a todos vocês. Um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos ao Horário do Grande Expediente.

Grande Expediente: orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes, nossos jornalistas.

Hoje a Gazeta do Povo publicou, em uma coluna, uma notícia muito interessante que eu não era sabedor. E o engraçado é que os jornalistas sempre bem informados dispõem de fontes mais rápidas que o autor, diz o Celso Nascimento, que eu nem conheço, e gostaria até de conhecê-lo, abre manchete dizendo: "Jocelito sem mandato. Deputado Jocelito Canto, relator da CPI dos Grampos, pode não assumir o novo mandato. Ele foi condenado à pena de inabilitação pelo prazo de cinco anos para o exercício de cargo ou função pública pelo Tribunal de Justiça, segundo acórdão proferido em julho do ano passado. Na época, Jocelito recorreu ao Supremo Tribunal Federal, mas ontem recebeu a má notícia.

Eu não recebi, eu recebi hoje. O STF negou o seu recurso e mandou que o TJ dê procedimento às providências cabíveis. E as providências são: publicar o acórdão e comunicar o Ministério Público Eleitoral, que deverá requerer à Justiça, que negue a diplomação de Jocelito. Tudo em caráter de urgência.

Jocelito foi denunciado pelo Ministério Público em 1993, quando era Prefeito de Ponta Grossa, por improbidade administrativa”.

Primeiro que eu não fui informado. Segundo, em 1993 eu não era nada. Era só radialista e tinha acabado de chegar em Ponta Grossa. Mas o processo que o jornalista se refere e é isso que a gente lamenta na imprensa, porque a imprensa coloca a matéria e quando fala improbidade administrativa, hoje, a primeira coisa que se pensa é: o cara roubou. Deputada Elza, as pessoas que estão ouvindo o rádio falam: “Oh! O Jocelito roubou. Ele está sendo cassado, porque roubou, porque a Rede Globo disse que Ponta Grossa era a Capital da corrupção e assim por diante.” E esse caso envolve a Assembléia Legislativa do Paraná, quando Prefeito o Deputado Anibal Khury, de saudosa memória, colocou a disposição da Prefeitura de Ponta Grossa, um policial militar, como qualquer Prefeitura põe, o Ministério Público, o Poder Judiciário, como esta Casa põe.

Essa Casa coloca muitos funcionários à disposição da própria Casa, traz gente do Executivo, traz gente do Poder Judiciário, traz gente do Tribunal de Contas. É uma parceria comum. A troca de cargos é normal e até elegante entre os Poderes. Às vezes alguém não está bem naquele Poder e pede para vir para este Poder. Existe uma harmonia entre os Poderes. E lá atrás o Deputado Anibal Khury colocou o policial Tadeu à disposição da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, quando eu era Prefeito. E a partir da vinda daquele policial, que era um policial experiente, ele passou a atender não só o Gabinete do Prefeito, passou a ser um guardião das coisas da Prefeitura, acompanhando Secretários em momentos, acompanhando momentos difíceis da Prefeitura. Era um companheiro de todos os Secretários, não só meu. Claro que era uma pessoa muito ligada a mim, porque eu não o conhecia quando ele chegou na Prefeitura, mas a partir do momento em que ele se tornou conhecido e começou a me conhecer, e por esta minha simplicidade de ser, viramos amigos, como sou amigo de muitas pessoas que me conhecem. E passamos a ter uma amizade, a ponto de o Sargento Tadeu nos fins de semana, querer ficar jogando futebol comigo, de estar jogando bola comigo no campinho, de me acompanhar. Uma amizade a ponto de eu estar internado no hospital, quando fiz uma cirurgia, ele passou 24 horas cuidando de mim lá dentro do hospital, sendo um verdadeiro irmão, pela amizade que nós dois conquistamos. Passou a ser um amigo, não do Prefeito, mas do cidadão Jocelito.

E o Ministério Público naquela questão de perseguição, que tinha que perseguir o Jocelito, porque as elites de Ponta Grossa não entendiam que um radialista de Ponta Grossa tinha sido eleito Prefeito, resolveu fazer uma ação. Uma ação por entender que ele não poderia estar na Prefeitura e que ele estava fazendo segurança particular do Prefeito Jocelito. E de uma forma covarde, que é de muitos membros do Ministério Público, não todos. Tem muita gente boa, mas tem alguns covardes

que tiram depoimentos na marra de algumas pessoas. O Ministério Público usando da prerrogativa de ouvir o cidadão sozinho numa averiguação lá em Ponta Grossa, fez com que ele assinasse um depoimento dizendo que ele fazia segurança para mim. Ele colocava na amizade e acabou colocando que fazia segurança, mas não quis dizer isso, mas assinou. E o Ministério Público usou aquilo para fazer a ação. Aí, como eu já era Deputado, a ação veio, aqui, para o nosso valoroso Tribunal de Justiça do Paraná.

Aquele Tribunal, Deputado Scarpellini, que V. Exa. disse recentemente, aqui, que na CPI dos Grampos o Raseira tem fitas que mostram algumas coisas escusas, aqui, do Tribunal de Justiça. E aí veio para cá o tal do processo, foram ouvidas as pessoas, o mesmo policial foi ouvido em juízo em Ponta Grossa, onde aí, diante de um juiz correto, honesto, não alguém querendo “forçar uma barra”, contou na verdade, o que acontecia. Lamentei, porque a Desembargadora que julgou esse caso, a Desembargadora Regina Afonso Portes, que pouco a conheço, mas conheço o seu marido que é advogado, me parece. Ela eu conheço muito pouco, mas conheço o marido dela que é advogado ou alguma coisa parecida. Está sempre na linha. Aí, a Dra. Regina me condena e manda cassar meus direitos e manda me prender, porque eu usei um policial autorizado por esta Casa, mas naquele tempo, o Deputado Anibal Khury tinha repassado o policial a nós, repassado para que atendesse aos interesses de Ponta Grossa. O Deputado Anibal Khury já havia falecido.

Então, a ação tinha que cair exatamente contra mim, porque o Deputado Anibal Khury já havia morrido e quando alguém morre, vai embora tudo. Fica alguém. Tem que pegar alguém e aí, resolveram me pegar. A Dra. Regina Portes me condenou a perder os direitos políticos, inclusive, com algumas penas a mais. O que eu fiz? Recorri. Meu advogado, Dr. Renato Andrade, um grande advogado, fez pedido para subir para o STJ, com a intenção de fazer com que lá fosse recebido o Agravo e, para surpresa do advogado e a imprensa vai receber uma cópia da entrevista que o Dr. Renato deu à Rádio, para surpresa mais uma vez minha, o Tribunal de Justiça não fez subir o processo, como deveria subir. Não mandou de capa-a-capo o processo. Mandou apenas um pedacinho do processo. O Desembargador, que recebeu o processo, pegou o processo e indeferiu, porque o processo não estava correto, não estava completo e por não estar completo, ele não recebeu o Recurso.

Meu advogado fez um novo Recurso, para o STF, contando que a culpa não era nossa. O Tribunal não havia comunicado e nem citado a nós. Aí, o que fez? Agora voltou.

Esse processo, nos últimos dias, andou de uma forma brilhante lá em Brasília. Andou como nunca andou na história do Poder Judiciário desse país. Ele andou rapidinho! Algo parece que encomendado. Andou muito rápido. Aí, o processo teve deferência dia 12 agora. O

Ministro deferiu que deve cassar os direitos políticos do Deputado Jocelito e assim por diante. Bem, isto posto, o que é que cabe? Cabe apenas informar à imprensa que não se trata de roubo. E eu gostaria que os jornalistas da Gazeta do Povo - estou dando cópia para todo mundo -, colocassem como é a notícia, como aconteceu, que saibam que estão querendo cassar um Deputado que fez 65 mil votos sem fazer uma propaganda política, sem fazer "bunner", sem fazer pirulito, sem fazer churrascada. Que fez uma campanha limpa porque queria provar para esse Poder Judiciário aí do lado, que havia cassado já os meus direitos por causa da Santa Casa, que disse que meu crime era levar o cheque à Santa Casa. Eu queria mostrar ao Poder Judiciário que eu não precisava me promover para me eleger, que iria me eleger na raça, pelo trabalho. Meu slogan foi "Vote em quem trabalha", que não precisava de nada para ganhar as eleições. Fui o mais votado em Ponta Grossa e o mais votado nos Campos Gerais. Quis fazer assim a campanha, para provar ao Poder Judiciário que eu não precisava me promover, quando eu ia levar um cheque à Santa Casa, como todo mundo faz aqui. Todo mundo leva cheque. Agora, o condenado sou eu em Brasília e também respondo a essa ação.

Então, Srs. Deputados, só para os companheiros não ficarem pensando: "Será que o Jocelito roubou?" Não. Eu não roubei nada. Quem conhece a minha vida sabe que é uma vida de sofrimento, que é uma vida de trabalho todos os dias. Nunca precisei de segurança! Eu durmo no ônibus da Garagem da Esperança, como hoje, que dormi lá em Castro, num bairro violento, sozinho, sem nenhuma arma. Eu, o pessoal da técnica e mais duas pessoas que fazem parte, o motorista do ônibus. Não preciso de segurança. Segurança é Deus! Quando tiver que matar alguém, mata. Vai matar em qualquer lugar. Mata-ram o Presidente dos Estados Unidos que tinha a maior segurança! Então, eu nem armado ando, Ando tranquilo porque tenho a consciência tranquila. Então, quando você vê uma sentença dessa hoje, você pensa duas vezes.

Deputado Scarpellini, eu fico triste, porque vi V. Exa. duas vezes naquela tribuna, citando e quando o senhor tornou público isso - eu vou fazer um relatório da CPI amanhã e vou colocar isso no relatório - V. Exa. citou. O senhor tornou público a esta Casa, a esse povo do Paraná que o Rasesa tem uma fita e nós vamos ouvir hoje - e essa é a primeira pergunta que eu vou fazer para ele hoje -, que tem uma fita e que envolve algumas coisas do Poder Judiciário. Quero perguntar para ele sobre esse fita: Nós pedimos a V. Exa. para ouví-las, para ouvir o que dizem e o senhor não mandou, até porque a gente não entende essas sentenças.

Como eu disse aqui, eu não conheço a Dra. Regina, vi uma ou duas vezes por aí, mas eu conheço o marido dela. Conheço muito bem e não se esqueçam que eu não sou formado, sou apenas radialista lá do interior. Não fiz faculdade, não estudei. Tenho apenas a 6ª série. Fiz a faculdade da vida, fiz a faculdade do conhecimento. Eu entendo e conheço a pessoa pelo olhar, até os bons e

os ruins. A vida me ensinou isso, desde os oito anos, na rua. Percebo onde a pessoa quer chegar. Entendo as pessoas por conhecer, por caminhar, por andar e por viver.

Por isso eu queria fazer esse compromisso. Não preciso fugir de nada, de absolutamente nada. Jamais deixaria de comparecer a esta Casa nesse dia, para falar desse assunto, até porque enquanto o Paraná foi assaltado, o Paraná foi roubado, o Paraná paga sessenta milhões por mês. Todo mês este Paraná tem que tirar sessenta milhões que podiam salvar vidas, por falta de saúde. Podia melhorar as rodovias evitando mortes, porque alguém roubou esse Paraná. Eu pergunto: o que é que deu isso? Qual é o político que fez isso e que está preso? Não sei. Tem CPI na Casa. Não sei onde estão as CPIs? Eu só sei que eu estou condenado. Primeiro, porque mandei cem mil reais para a Santa Casa para salvar vidas. segundo, porque um policial estava à disposição da Assembléia Legislativa do Paraná e o Deputado Anibal Khury, de saudosa memória, que se dava com todo mundo, que tinha aquele seu jeito simplesão de ser, que queria atender todo mundo.

Querida atender todo mundo e botou um policial à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa. Sabem por quê? Porque ele queria proteger, porque quando saímos daqui, nós deixamos uma grande amizade e ele colocou à disposição daquela Prefeitura, como no Governo do Prefeito Péricles, teve um policial à disposição. Teve um policial o tempo inteiro à disposição da Prefeitura! Ninguém fez ação! Agora, contra mim, foi feita uma ação e isso me motiva agora a ter que contratar um advogado em Brasília, não sei a que preço. Não sei se adianta contratar ou deixar executar essa sentença. Às vezes a gente pensa que é melhor deixar executar. Quem sabe, isso seja o desejo de algumas pessoas, até porque aqui, alguns já disseram que o processo já andou porque alguém mandou andar. Eu acredito. Eu acredito, Sr. Presidente.

Com todo o respeito que tenho, quando as coisas querem, as coisas andam. Quando não se quer, não anda. Esse é o país em que nós vivemos. Não adianta querermos "esconder o sol com a peneira". Quando se quer, anda.

O Tribunal de Contas está aí. Aprova as contas de oito anos do Lerner que não cumpriu os 25% da educação e reprova a maioria dos coitadinhos dos prefeitos do interior porque faltou meio décimo lá para cobrir os 25%. Está tudo bem! São os Poderes, são os poderosos! Quem pode, pode e quem não pode, fica quieto e apanha.

Eu quero encerrar.

Quero apenas dar essa satisfação primeiro aos companheiros, por respeito, depois à imprensa que está aqui, para que escreva amanhã qual o motivo pelo qual estou sendo condenado. Não é nada mais do que um policial à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa e que lá em Brasília, o processo andou rapidinho. Não sei porquê. Eu vejo seguidamente a imprensa dizer: "Ah, têm processos que demoram vinte anos para julgar, em Brasília.

Têm processos que prescrevem e que não andam em Brasília!” Os meus andam, andam rapidinho, não sei porquê.

Quero agradecer o apoio daqueles companheiros que têm me apoiado, dizer aos companheiros da imprensa que eu sou fã de uma jovem Argentina. Alguns a condenam. A história tem o lado “a” e o lado “b”. Eu sempre fui fã daquela menina, tida por alguns como uma prostituta. Que se fez da prostituição, que se fez do rádio, como eu. Era Evita Perón. Alguns dizem algumas coisas dela, outros dizem outras, mas ela foi uma grande líder da Argentina. Eu, por ter sangue castelhano, meu avô era castelhano, tenho uma paixão pela história dela. Na história daquela mulher onde alguns contam algumas coisas e outros contam outras, prefiro acreditar nas coisas boas. Já estive lá várias vezes. Ela dizia uma coisa muito importante que nos momentos mais difíceis da vida dela, dizia: “Não é fácil a minha vida. É tão difícil, desde o começo, desde quando nasci de pai bastardo e não pude ir ao enterro dele. Desde o momento em que tive que entrar para uma Rádio e, naquela época dançarina sofria...”. Até o momento em que ela conheceu o Presidente Perón e se tornou esposa dele e antes de morrer, ela disse ao Perón que estava com câncer e que estava na fase final. Dizia: “Quando eu poderia ser a Vice-Presidente da Argentina, estava praticamente indicada...” O Presidente Perón que era o Presidente que ganharia, disse a ela: “Não são os militares. Claro que os militares não querem que você seja Vice-Presidente. Odeiam você porque você é do povo, mas eu quero. Só que você não pode, está com câncer e tem pouco tempo de vida”. De fato, ela morreu em seguida. Ela dizia sempre que não era fácil a sua vida. Aqui vou repetir as frases daquela heróica mulher argentina: “Minha vida não é fácil”.

Lá no Rio Grande do Sul, quando pequeno, nós tínhamos algumas dificuldades e eu nunca me esqueço. Uma delas era jogar futebol. Fizemos um campinho de futebol, porque na nossa vila, no núcleo habitacional, uma casa popular onde morava com minha mãe, não tinha um campinho de futebol e não tinha um terreno público para ter um campinho de futebol. Naquela época não se fazia isso. Aí, nós construímos um campinho num terreno de um grande proprietário que tinha lá. Nós entrávamos pela cerca para jogar bola. A piasada da vila não tinha o que fazer e aí, o dono do campo quando descobria, ia lá e quebrava as traves. Nós tirávamos alguns eucaliptos para fazer as travesinhas. Ele ia lá e quebrava e avisava que se fôssemos, ele iria surrar todo mundo. Quando ele fazia isso, eu chegava em casa chorando, e a mãe perguntava: “O que houve meu filho?” É aquele cara lá de novo, ele foi lá e derrubou o nosso campinho, disse que vai bater em nós. Estava chorando aos prantos - e minha mãe - “Daí você vai desanimar?” “O que é que eu vou fazer?” - “Vai lá e constrói o campinho de novo. Vocês não estão roubando, estão jogando futebol, está sobrando terra à vontade lá, faça o campinho de novo”. E eu criava coragem e fazia o campinho novamente e assim foi a vida toda.

O sofrimento é desde pequeno. Mas vale a pena!

Por isso, Srs. Deputados, queria fazer uma colocação e dizer que lamento profundamente que a justiça que tem bons juízes, excelentes, que o Poder Judiciário tem excelentes juízes e desembargadores, que até o Ministério Público tem excelentes promotores. Mas, infelizmente, nesses poderes têm pessoas que não têm bom senso, parecem não acreditar no que estão fazendo ou parece que são indicados a fazer mal a alguém.

Minha mãe dizia e continua dizendo que se “às vezes a justiça daqui falhar, a lá de cima nunca vai falhar.”

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulta às Lideranças do PP, PSB. Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Prefeito de Matelândia, Edson Primon, juntamente com o Vereador Ernesto e a comitiva de Matelândia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Essa Casa dá as boas-vindas aos ilustres visitantes e registra a presença.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Estava eu a ouvir o canto triste do Deputado Jocelito Canto. Tanta coisa importante a ser vista, e revista nesse Estado e nesse país e foi por um ato que entendo eu e entendo essa Assembléia de menos importância que V. Exa. ex-Prefeito e Deputado nessa Casa está vivendo esse drama terrível. Uma decisão originária da Justiça de Ponta Grossa, do Tribunal de Justiça do Paraná e agora em Brasília no STJ onde se confirma a decisão anterior e mantém a suspensão dos seus direitos políticos.

Uma pena lamentável essa imposta a sua pessoa, porque ela é injusta e toda injustiça precisa ser combatida e perseguida. Não quero ilustre Deputado entrar na questão do formalismo processual que originou essa sentença condenatória, mas quero apenas em uma avaliação dizer que com tantos crimes praticados de improbidade administrativa e tanta coisa relevante que deveriam estar se preocupando Promotores, Procuradores que formam um pequeno ato em uma condenação violenta e que realmente vai às raias do absurdo. Mas nós que somos Deputados, muitas vezes a nos perguntar se as leis são justas ou injustas. Estas leis que regem os homens e que são as normas de vida e de conduta para que os homens e a sociedade possam viver de

maneira harmônica, de maneira pacífica. As leis são feitas e elas quando são feitas criam seu espírito, o espírito das leis. As leis precisam ter vida. Elas precisam ter sentido, objetividade. E neste caso me pareceu que a lei, ao ser aplicada, ela cometeu uma injustiça.

Mas, vamos lá, Jocelito, o poeta já disse que a vida é longo combate que a fracos abate e que a fortes e bravos só pode exaltar. Vamos, com seu espírito de menino pobre, certamente aprendeu a enfrentar a adversidade do frio, da fome, do trabalho precoce e vai à luta para buscar a justiça e o seu direito.

Não queremos, aqui, sentenciar se o desembargador errou, se o ministro errou. Apenas avaliar que a lei aplicada foi injusta. Imagine, Jocelito Canto, que você como Relator da Comissão vai ouvir, hoje, o Raserá, que prestava serviços ao Governador, você está sendo condenado porque um policial prestava serviço no seu gabinete. O Raserá prestava serviços no gabinete do Governador.

A Assembléia, quando foi ouvida no seu caso, disse que não tinha conhecimento de que o policial estava lotado ou à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa. O Governador também tem o Raserá lá no seu gabinete sem uma disposição oficial. E eu quero crer que o Raserá, como um policial, prestando serviços ao Governador e ao gabinete do Governador, tenha realmente prestado bem mais serviços do interesse particular do Governador.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

O senhor está dizendo que o policial Raserá prestava serviços ao Governador Requião, no Palácio Iguaçu, sem ter uma autorização, sem ter um ato?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sim, não existia o ato.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Não? O senhor está dizendo isso, está afirmando?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu estou afirmando porque realmente não existe um ato...

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Não havia o ato de colocação dele à disposição?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Um ato de disponibilidade do policial Raserá ao Palácio Iguaçu, não existe. Ele chegava todo dia para trabalhar, no palácio, lá prestava seu serviço; ele fazia suas investidas ao gabinete do Governador, ele era um freqüentador assíduo do Palácio Iguaçu. Não pagava aluguel da sala que usava lá. Não tinha nenhum termo de comodato do Governo para o Raserá, nenhum vínculo empregatício, ele como empregado doméstico do Governador ou de quem quer que seja,

no Palácio. Ele usava uma sala e tinha os cartões de apresentação de assessor especial do Governador.

Então, a injustiça está nisto: V. Exa. pegou um policial à sua disposição, que não estava legalmente à disposição lá e foi condenado. O Raserá estava à disposição do Palácio, trabalhava assiduamente, levou até máquinas de gravação para dentro do Palácio ou usava também junto às próprias, do governo, e instalou lá no Diário Oficial, na Imprensa Oficial, também algumas máquinas que operavam um sistema de escuta chamado "Guardian". E o Raserá não vai custar nada ao Sr. Governador do Paraná porque o procedimento investigatório que está sendo feito para o Raserá é bem diferente daquele que foi feito para o policial e para o senhor, na mesma relação e na mesma proporção de uso de agente, ou de funcionário público, para interesses particulares.

Eu fiz uma representação ao Tribunal Regional Eleitoral, famoso TRE, para que pudessem impugnar a candidatura do Governador Roberto Requião. Houve a sessão de arquivamento em que foi arquivado o meu pedido por não ter provas. Ora, na impugnação eu dava referência aonde estavam as provas, como estão lá em Campo Largo, tem o processo que decretou a prisão do Raserá, a temporária e depois a preventiva agora, e lá naquele processo tem as gravações feitas com ordem judicial que dizem: O Raserá conversando com uma cliente dele, e ele, do Palácio Iguaçu...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O Raserá dizendo que trabalhava para o Governo e fazia gravações de espionagem e grampos para o Governador. Está lá no processo, não fui eu que inventei aquele processo, está lá, a voz é do Raserá, tudo é do Raserá, o telefone, só que é público porque é do Palácio Iguaçu.

Então, Jocelito Canto, vá em frente, você tem que fazer essa vinculação lá na CPI, porque eu não tive sucesso lá no Tribunal Regional Eleitoral, arquivaram o meu pedido, e eu estava indicando as provas lá, e tenho mais de cem fitas que não vou dar para V. Exa. e nem para ninguém. Um dia se tiver um procedimento judicial sério que queira me investigar, me ouvir, eu tenho as fitas e a comprovação de que o Raserá fazia escutas a pedido do Governador e a mando do Governador Roberto Requião.

Mas no momento não vou usar isso, não vou ceder ao seu apelo, que mandou um ofício através do Presidente da CPI, o Deputado Anibelli, eu não vou entregar essas fitas, não vou entregar essas gravações, e acho que os elementos que V. Exas. têm são coisas importantes e suficientes para dar uma boa destinação à Comissão Parlamentar de Inquérito que o Deputado Anibelli preside e que V. Exa. é o Relator.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Bloco PTB/PL/PRB.
PDT. Com a palavra, Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi este Deputado que levantou primeiro a questão do sistema de matrícula adotado pela Secretaria de Estado da Educação para o ano de 2007. O georeferenciamento é na verdade um instrumento pernicioso e que agora nós estamos sabendo dos prejuízos que ele já está ocasionando para alunos, pais, professores e diretores de vários colégios. Na essência ele é um bom projeto, as crianças, os estudantes que moram perto de determinado colégio vão ter a condição de poder estudar naquele local. Mas o que nós condenamos é a forma como essa determinação da Secretaria de Educação está sendo implementada no Paraná.

Eu fiz requerimentos, protocolei aqui à Mesa Executiva, estou aguardando há mais de mês a resposta por parte da Secretaria, mas até agora não encontrei eco. Nós hoje estamos vendo pelos jornais, pelas emissoras de televisão, pelas rádios, a reclamação de crianças que estudam em determinados colégios, e que não vão poder continuar estudando naquele determinado colégio. É, na verdade, um prejuízo muito grande, não só para eles, emocionalmente, mas um prejuízo escolar até por causa da mudança que está sendo feita.

Sabemos que esse transtorno poderia ser evitado se houvesse um pouco de sensibilidade por parte do Secretário de Educação, por parte do Governo do Estado. Eu fiz reuniões com pais, estudantes, diretores de colégio, e ouvi lá essas reclamações, relatos de mães que diziam: “meu filho chorou dois dias seguidos porque ficou sabendo que não poderia estudar no colégio que ele está há sete anos”. Tantas outras pessoas que relataram, por um motivo ou outro, o seu descontentamento em relação a essa determinação da Secretaria.

A indignação é justa e válida porque sabemos de alguns casos, por exemplo, como o caso do CAIC de União da Vitória, da zona sul de Londrina, cujo Diretor Amauri Cardoso diz que alguns alunos terão que percorrer a distância de dez quilômetros para poder estudar no colégio que foi determinado pela Secretaria. É um contrasenso. Tudo isso poderia ser evitado, eu insisto.

Por que não permitir que determinado aluno que começou naquela escola, tenha o seu direito de concluir o seu curso convivendo com seus colegas, seus professores, dentro da metodologia de ensino que está sendo passada por aquele local?

Sabemos que há variação de escola para escola, de bairro para bairro. Existem outras questões que merecem ser colocadas. Então, o apelo que nós fazemos, mais uma vez, para evitar novas demandas na justiça, como estamos vendo que elas já estão acontecendo. O Colégio de

Aplicação, em Londrina, conseguiu uma liminar para que 79 alunos continuem estudando naquele mesmo colégio. Vamos ter uma avalanche de processos e essa demanda encarece para essas crianças que, na maioria das vezes, não têm condições de pagar por um advogado porque são carentes, e é por isso que estudam em escolas estaduais, senão estariam em escolas particulares. Essas demandas judiciais poderão também lesar o próprio Estado. Deve prevalecer o bom senso nessa questão.

Onde é que está o diálogo? Por que não ouvir a comunidade?

É o apelo que fazemos porque, paulatinamente, vencendo e cumprindo etapas seria possível implantar, daqui a dois, três, quatro anos, esse sistema de georeferenciamento.

Quero, Presidente Pedro Ivo Ilkiv, insistir na questão da Usina Hidrelétrica de Mauá, que será construída entre os municípios de Ortigueira e de Telêmaco Borba. Só depois de uma denúncia de que um grupo - que venceu a licitação para construção da usina que será construída no Rio Tibagi - não tinha habilitação técnica para construir essa Usina de Mauá é que o caso começou a ganhar a atenção que merece. O cerne da questão, o ponto principal desse tema, ainda não ganhou o debate necessário ou a repercussão que deveria ganhar porque estão esquecendo o meio ambiente, Deputado Cleiton Kielse, que é a nossa maior preocupação.

Deputado José Domingos Scarpellini, V. Exa. já falou a respeito desse caso, desta mesma tribuna aqui, este é o principal problema. Nós protocolamos um requerimento para que o Secretário do Meio Ambiente estivesse presente a fim de explicar o que realmente está acontecendo porque a imprensa nacional noticiou que existem flagrantes desrespeitos as questões ambientais. Os estudos de impacto do meio ambiente não foram observados até o momento.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Barbosa, esta questão que V. Exa. levanta tem que ser muito bem analisada e inclusive, acredito que na legislatura que vem, os Deputados como este governo vai se manter. Provavelmente muitas das coisas que estão acontecendo não serão mudadas. Mas, deverão ser mudadas.

Em cima disso que V. Exa. vem falando, da usina, da denúncia ambiental, do estrago ambiental que vai acontecer, não dá para entender qual a análise que o IAP e a Secretaria do Meio Ambiente vem tendo na questão também da geração de emprego no Estado do Paraná.

Temos um exemplo, Deputado Barbosa, que na cidade de São José dos Pinhais hoje as empresas não podem mais se instalar porque foi criada uma área de manancial que é proibido. Se instalar qualquer empresa, mesmo tendo os padrões ecológicos, respeitando todos os padrões ambientais, mesmo assim não pode instalar.

Inclusive, as empresas que já estão lá querendo ampliar a sua capacidade, empresas que geram trezentos empregos estão ampliando para quinhentos empregos. Não podem, têm que sair da cidade porque ali na área do Guatupê é uma área ambiental. Só que nessa mesma área que o IAP diz que é uma área que não se pode instalar empresa, instalaram um presídio. Quer dizer, aonde as indústrias querem gerar emprego para gerar riquezas para o município, gerar renda para os trabalhadores, não se pode criar.

Na mesma área que o IAP fala que não pode colocar empresas, implantam um presídio. Não dá para entender a política ambiental desse Governo.

Parabéns pelo pronunciamento, bem lembrada essa denúncia, demonstrativo de preocupação com essa área ambiental nessa usina. Mas, fica um alerta que não está acontecendo só nessa região do Estado do Paraná. Na região metropolitana a política de meio ambiente do Estado do Paraná vai muito mal.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Ratinho Júnior. Vemos realmente que há dois pesos e duas medidas para tratar da mesma questão.

Mas, o que falo é do Rio Tibagi que não é um rio qualquer. Um rio de mais de quinhentos quilômetros de extensão. Um rio que corta quarenta municípios, aproximadamente; que fornece água para mais de vinte municípios ao longo do seu curso. O rio que é o único que ainda pode fazer a preservação ambiental porque é o único que tem condições de ser o portador de um corredor de biodiversidades, ligando a mata atlântica à vegetação original daquela região.

Não se sabe exatamente o tamanho dos prejuízos. Quantas milhares de espécies serão dizimadas por conta desta usina hidrelétrica. Não há demanda para isso. O Brasil exporta energia e quando estiver pronta a barragem lá no Rio Tibagi, daqui a quatro, três anos, nós já teremos outras fontes de energia consideradas limpas. E essas fontes com menos impacto ambiental não causaria tantos danos aos peixes, aos rios, aos animais, aos índios como vêm acontecendo.

Então, fica mais uma vez aqui a nossa preocupação em relação à construção da Usina Mauá, porque há mal, sim. Mal há em tudo isso que está acontecendo aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL, Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas: o Deputado Barbosa Neto, no Pequeno Expediente, já fez menção ao trabalho elaborado pela Comissão Especial de Investigação, que diz respeito a algumas fazendas do

Oeste do Estado do Paraná. Foi um trabalho exaustivo e cansativo. Os Deputados do Oeste sabem, embora não tenham integrado a comissão, como o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, que deu sem sombra de dúvida todo o apoio necessário, para que esta Comissão se instalasse e para que nós pudéssemos efetivamente fazer um trabalho de total isenção, com lisura absoluta e desenvolvido pelos Deputados Estaduais. Integraram essa comissão além da nossa pessoa, Deputado José Maria Ferreira, Vice-Presidente da Comissão Especial; Deputado Barbosa Neto, Relator dessa Comissão; Deputados Duílio Genari, Reni Pereira e ainda Miltinho Pupio. Foram seis Deputados que integraram essa comissão, uma vez que a bancada do PT não quis indicar nenhum integrante.

Esse trabalho, Sr. Presidente, não se resumiu única e exclusivamente a depoimentos. Fomos no local, visitar as invasões, os equipamentos, em alguns lugares bem recebidos e em outros mal recebidos. Mas depois de ir ao campo verificar as invasões nas fazendas 4-R, Boito, Kelly e Syngenta e diga-se que três fazendas de produção, altamente produtivas e todas elas em plena atividade. A Fazenda Syngenta não é de produção, mas sim de pesquisa. Após essa visita realizamos as nossas reuniões, sessões, aqui na Assembleia Legislativa, ouvimos os depoimentos dos proprietários, dos arrendatários e dos administradores das fazendas, convidamos os segmentos da sociedade, o MST, a Via Campesina, o Incra, o Governo do Estado. Como Comissão Especial, Deputada Elza, não tem o poder de convocar, mas de convidar, infelizmente, muitas pessoas e entidades deixaram de comparecer, para dar o esclarecimento necessário.

Não paramos por aí. A nossa equipe técnica - Dr. Jeferson, o Wilson que também é advogado, aqui na Assembleia, a Ceni, pessoa formada em Direito, bacharel - que nos assessorou, além do professor Malucelli que hoje presta serviço na Prefeitura Municipal e nos acompanhou também nesta visita no Oeste do Estado do Paraná. Diga-se para os Srs. Deputados, sempre acompanhado pelo Ministério Público, Dr. Wanderlei Batista nos acompanhou nas visitas que fizemos no Oeste do Paraná, nas audiências que tivemos aqui na Assembleia, participou da reunião de ontem quando foi apresentado o relatório oficialmente pelo Deputado Barbosa Neto. Dizer para os Srs. Deputados, o relatório culminou exatamente com esse trabalho. Quase quinhentas folhas elaboradas em um estudo realizado dessas quatro fazendas que investigamos.

Dizer para os Srs. Parlamentares que todas as fazendas, todos os seus proprietários têm a devida reintegração de posse e que não foram cumpridas por parte do Governo, como tantas outras fazendas também não tiveram o êxito ainda ou não tiveram por parte do Governo o cumprimento da sentença judicial.

O Deputado Barbosa Neto fez um trabalho excelente. Dizer que o trabalho que V. Exa. fez não foi mutilado ou descaracterizado. A V. Exa. apenas pedi ao seu relatório final, que o Governador fosse enquadrado e res-

ponsabilizado por crime de responsabilidade pelo descumprimento de uma decisão da Justiça. E a Comissão, através do Deputado Miltinho Pupio e Deputado Duílio Genari, que pediram vistas no dia de ontem, apresentou hoje uma pequena alteração, dando um prazo de sessenta dias para que o Governador cumpra a reintegração de posse, cumpra exatamente com as decisões da Justiça e caso não cumpra no prazo de sessenta dias, aí a Mesa da Assembléia Legislativa vai elaborar um Projeto de Resolução e enviar para o Plenário, para enquadrar o Governador como crime de responsabilidade pelo não cumprimento dessas sentenças judiciais.

Então, dizer para os Srs. Parlamentares que é um trabalho muito bem feito, com total isenção, com total lisura e eu, como Presidente dessa Comissão, agradeço hoje de manhã lá na Comissão, quando encerramos oficialmente os trabalhos e o voto em separado, o Parecer, a Emenda apresentada pelo Deputado Miltinho Pupio foi acolhida e acredito que ainda tenha aperfeiçoado mais o trabalho já elaborado pelo Deputado Barbosa Neto.

Agradeço a todos os Parlamentares e faço esse agradecimento aqui na tribuna do plenário da Assembléia Legislativa aos Deputados que integraram essa Comissão, à equipe aqui da Assembléia Legislativa, às taquígrafas e aos taquígrafos que nos acompanharam em todos os trabalhos, à assessoria aqui da Casa, como a assessoria da imprensa aqui da Assembléia Legislativa.

Obrigado a cada um de vocês que colaboraram conosco e culminou exatamente com este calhamaço de papel e este relatório que, conforme o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, haverá de ser votado pelo Plenário no dia de amanhã!

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Elio Rusch, quero parabenizar em seu nome, estendendo a todos os membros da Comissão, que fizeram um importante trabalho nessa Comissão Especial que foi montada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para investigar a desocupação das áreas invadidas e, automaticamente, uma investigação dentro do processo da reforma agrária no Estado do Paraná. E o resultado está aí, uma apostila com um número significativo de páginas, onde mostra exatamente aquilo que é a reforma agrária do nosso Estado, ou seja, assentamentos que não deram certo, famílias que receberam a terra do Incra e acabaram se retirando, vendendo, arrendando ou entregando a terceiros; outros assentamentos que tiveram um resultado mais positivo, onde famílias conseguiram buscar o seu destino e, ao mesmo tempo, tudo aquilo que diz respeito à reforma agrária, que é feita pelo Governo Federal, pelo Incra, vocês trazem escrito, trazendo as boas coisas que tem e também os sérios problemas que existem relacionados à forma como tudo isso é conduzido, desde a invasão da propriedade, a reintegração de posse que não é cumprida, a destruição que é feita nas propriedades, o roubo do gado que lá é feito, a madeira

que é cerrada sem autorização dos órgãos ambientais e vendida a terceiros e assim por diante.

Então, traz pontos positivos e também mostra aquilo que tentam esconder, que é o lado negativo e nós sabemos, porque já fiz parte de outras Comissões que investigaram e acompanharam a desocupação de áreas no noroeste do Estado do Paraná e pessoalmente vi aquilo que lá aconteceu e o que é ruim é que o modelo da reforma agrária acaba não trazendo o resultado esperado, porque bilhões de reais são investidos e o resultado nem sempre é a contento como poderia ser.

Obrigado e parabéns a V. Exa. e a todos os componentes dessa Comissão! Parabéns!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Concluindo, Presidente Pedro Ivo, apenas para dizer aos Srs. Deputados que o trabalho que foi realizado pela CPI da Reforma Agrária aqui na Assembléia Legislativa, todo ele também foi incluído e foi acolhido dentro deste relatório e nós sabemos que alguns assentamentos deram certo, outros não deram certo, daquelas fazendas invadidas e principalmente a fazenda Boito, do gado que estava lá dentro e que desapareceu. Quer dizer, enes questões que nós levantamos. E tudo isso faz parte do nosso relatório. Mas hoje, na verdade, vim agradecer aos integrantes desta Casa e na certeza que amanhã, quando iremos votar esse relatório, o Presidente da Casa - Deputado Hermas Brandão, já nos comunicou que vai incluir na pauta, e com toda a certeza ele irá ser aprovado por unanimidade, fruto de um trabalho desenvolvido com seriedade e com responsabilidade por todos os integrantes desta CPI.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Queremos informar aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Especial às 17 horas, ou logo após o término desta Sessão. E logo após a Sessão Especial, teremos mais uma Sessão Extraordinária.

Liderança do PSDB.

(Declina)

Liderança do PMDB: com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, serei breve porque nós temos ainda muito trabalho pela frente, mas estamos considerando esta Sessão como a última Sessão que nós poderemos nos manifestar. E eu pediria a atenção, se possível, dos colegas, porque eu falo exatamente para vocês todos. Os que quiserem me ouvir, gostaria que me ouvissem, porque é uma fala como se eu estivesse olhando nos olhos de cada um de vocês.

Eu entendo que na vida nada é eterno, nada é para sempre. Então, nós devemos aceitar com humildade

todos os acontecimentos, mesmo aqueles não desejados, como foi o caso da minha não reeleição. E eu uso este momento não para dizer adeus, conforme já se manifestou aqui o meu colega Hermes Fonseca, mas para, quem sabe, um até breve. E agradecer, do fundo do meu coração, de forma incondicional, a todos, sem exceção, pela oportunidade ímpar que eu tive com a convivência com todos os companheiros e companheiras desta Casa. Aprendi muito com todos, cada qual dentro do seu conhecimento, do seu nível de informação, ensinando, me orientando e trocando conhecimentos.

Uma ou duas vezes foi necessário um pouco mais de firmeza com um ou outro colega, natural na convivência democrática, principalmente para uma mulher com quem a vida nem sempre foi muito gentil, portanto obrigou-me a encontrar mecanismos de sobrevivência, às vezes exigindo que me impusesse com um pouco mais de firmeza. E se exagerei em algum momento nessa firmeza com algum colega, eu peço que me desculpe. Sempre fui tratada por todos com gentileza e com respeito, mesmo nas divergências, no campo das idéias, mas jamais houve o irreparável confronto no campo pessoal.

Aos meus companheiros de Bancada Peemedebista o meu muito obrigado pela amizade e pelo respeito, mesmo nos momentos de discordância de alguma orientação do partido - mais por divergências conceituais do que por indisciplina partidária, meu Presidente, eterno.

Nesse espaço de atuação, procurei dar o melhor de mim no cumprimento do meu dever público e político, mas fica a sensação de que eu poderia fazer mais e melhor, Greca. E não creio que essa sensação seja negativa. Acredito mesmo que cada nova experiência devemos testar o nosso potencial e descobrir as nossas fragilidades para que da próxima vez possamos fazer melhor e errar menos.

Procurei ser fiel aos meus princípios éticos e morais não prevaricando em minhas responsabilidades como Deputada. Defendi fortemente o Governo Requião e o fiz com satisfação, porque acreditei, acreditava e continuo acreditando na sua proposta de Governo para o Paraná. Deixo nesta Casa o registro da nossa atuação. Evidentemente não vamos fazer, aqui, uma recapitulação de tudo que fizemos, porque isso está consignado nos Anais da Casa. Mas acho importante deixar dito que foi uma alegria com o apoio de todos os colegas poder criar uma Comissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, que não havia na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Solicitamos ao Governador Roberto Requião que mandasse para esta Casa uma Mensagem ampliando a participação das mulheres na Polícia Militar e autorizando a sua participação no corpo de bombeiros. O que foi colocado. E me senti muito honrada por ser Parlamentar que fez justiça às mulheres policiais militares do Estado do Paraná.

Fizemos inúmeras reuniões com os Secretários e com o Governador Requião, sempre defendendo os interesses do Paraná e do funcionalismo público do Estado.

(Lê):

Criação da Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente; proposição da anexação da Comissão da Ciência e Tecnologia à Comissão de Educação; inauguração de um Mural na entrada desta Assembléia homenageando as mulheres do Poder Legislativo do Paraná; criação do Prêmio Zilda Arns que homenageará todos os anos mulheres paranaenses que se destaquem na defesa dos direitos humanos e cidadania; solicitamos ao Governador mensagem 50% PMs; promovemos inúmeras audiências Públicas, sobre os mais variados temas; ajudamos a aprovar inúmeros projetos e apresentamos outros tantos, sempre procurando defender os interesses do povo do Paraná; várias reuniões com Secretários e com o Governador defendendo interesses do funcionalismo.

Às minhas colegas de bancada feminina, muito obrigada pela convivência harmoniosa e respeitosa, mesmo nas divergências, que houveram.

Aos meus cinquenta colegas da bancada masculina, obrigada pela oportunidade de combater o bom combate com respeito e consideração.

Digo isso com muita sinceridade e até emocionada, tanto para os colegas da Situação como os colegas da Oposição que sempre foram gentis e que me trataram com muita delicadeza nesta Casa.

Obrigada à minha equipe de trabalho, sem exceção.

Obrigada a todos os Diretores da Casa, comigo sempre tão prestativos e gentis. Agradeço ao Bibinho, pela forma que me recebeu várias vezes defendendo os interesses muito especialmente dos funcionários desta Casa. Espero que a próxima Mesa eleita continue o processo de enquadramento dos funcionários e garantindo os direitos do funcionalismo desta Casa.

Obrigada a todos os funcionários de todos os setores, departamentos, de forma geral, que comigo sempre foram muito amáveis e solícitos.

Agradeço aos meus assessores que sempre estiveram aqui. À Verinha inclusive que trabalhou comigo no Gabinete, pela forma gentil, carinhosa e educada com que sempre trataram esta Deputada.

À imprensa, que se não tivemos uma convivência muito freqüente, igualmente foram sempre muito gentis comigo.

Aos que eventualmente tenha desagradado ou ofendido, fruto de meu sangue quente nordestino, peço desculpas, minhas eventuais explosões são momentâneas. Mas não há em meu coração espaço para ressentimentos.

Sinto que saio melhor do que cheguei, porque a necessária convivência com a diversidade, com a diferente visão de mundo e de idéias, nos obriga a exercitar a tolerância, paciência e principalmente a respeitar todas as idéias.

Sei que este exercício me será bom e proveitoso para qualquer atividade que venha exercer daqui para frente.

Que cada balinha distribuída pelo nosso querido Duílio Genari, tenha contribuído para adoçar um pouco mais minha vida. Sentirei falta. Sentirei falta do Duílio Genari desse carinho doce que você me proporcionou durante esses quatro anos. Sentirei falta de cada um de vocês, pelas peculiaridades. O aprendizado com o Greca, o seu conhecimento profundo, a sua sabedoria, as minhas companheiras, os meus companheiros, enfim, de todos que me ensinaram muita coisa. Saio dessa Assembléia Legislativa fortalecida e com a sensação de dever cumprido.

Queria desejar a todos os companheiros que permanecerão aqui na Casa, muito sucesso. Não se esqueçam desta Deputada que têm em vocês, amigos, sinceramente.

Queria dizer aos companheiros que vão à Brasília, que igualmente desejo sucesso. E aos que como eu deixarão essa Assembléia, tenho certeza absoluta que haveremos de estar em alguma trincheira de luta, em algum momento, porque nós assumimos um compromisso de batalhar incansavelmente para contribuir para a criação de uma sociedade mais lógica, mais feliz e mais solidária.

Deixo para uma reflexão de todos nós, a questão do companheiro Jocelito Canto. É lógico que aqui nós não vamos e nem temos condições de defender qualquer tipo de improbidade ou julgamento. Mas, mais uma vez a justiça mostra que tem dois pesos e duas medidas. No momento em que elegemos Maluf e Collor, e que tantas pessoas absolvidas de processos abomináveis por desvio do dinheiro público, nós vemos um colega ser condenado porque recebeu com a autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um policial para trabalhar em Ponta Grossa. Estou aqui fazendo defesa nenhuma de improbidade, mas essa reflexão é necessária, porque me causa estranheza e tristeza ao mesmo tempo que essas coisas aconteçam ainda no Brasil, dois pesos e duas medidas, vai continuar acontecendo ainda, infelizmente.

Muito obrigado, companheiros, pelo carinho, pela dedicação. Da Elza Correia vocês terão sempre no meu coração uma parcela muito grande de respeito, consideração e saudade pelo que vivemos nesses quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição, Liderança do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados vim à tribuna na intenção de registrar nesta Casa, uma ação do Governo do Estado, que nós participamos ontem, junto com o Governador, aqui no bairro Cabral, de uma obra que se

trata de um complexo hospitalar, o Centro de Reabilitação no Estado do Paraná.

Obra importantíssima, um grande investimento. A obra já está pronta, custou aos cofres do Estado, quatorze milhões de reais, e, a partir de agora o Estado abre a licitação, para compra do equipamento que está previsto, orçado em mais de vinte milhões de reais. Segundo os médicos que estavam no local, ontem, que não são médicos do Estado, mas particulares. Diziam eles que é uma cópia do Hospital Sara Kubitschek de Brasília, um pouco mais sofisticado, moderníssimo, que vale a pena nós Deputados conhecermos as instalações dessa obra. E muitas vezes eu vejo aqui mais da parte da Oposição, claro que essa Casa é assim mesmo, e vi isso também em campanha quando diziam que as obras dos Hospitais do Governo eram virtuais, que isso não é verdade. Quem conhece, quem conheceu, quiser conhecer a grandiosidade dessa obra, e a importância que terá para o Paraná e para o Sul do Brasil, que é o único. Eu já muitas vezes tentei encaminhar pessoas para o hospital Sara Kubitschek em Brasília com grande dificuldade para poder internar.

Nós já sabemos o quanto isso é importante para a nossa região. É uma obra do Governo do Estado, inclusive, o Governo está enviando um grupo de pessoas, funcionários que vão trabalhar nesse hospital, vão enviar ao Canadá para treinar essas pessoas para poder bem atender nesse hospital.

Veja a intenção do Governo, mas veja a grandiosidade que tem isso para o Paraná. Quero registrar nessa Casa, o Governo ontem disse; olha, sinto não estar aqui a imprensa para mostrar isso. E a presença, não sei se foram convidados ou não, de nós Parlamentares.

Quero pedir aos Parlamentares que puderem que conheçam essa obra, de relevância muito grande. Uma das obras mais importantes deste Governo. Fica registrado e quero aqui também fazer as considerações de despedida da Deputada Elza Correia, nossa companheira e nossa amiga, do Deputado Hermes Fonseca, que nós aprendemos a admirar e temos grande amizade.

Quero dizer a Deputada que V. Exa. deixa a essa Casa uma grande marca, principalmente da ética e da responsabilidade. V. Exa. sai da Assembléia de cabeça erguida. Nós todos sabemos disso, do seu trabalho, da sua dedicação. E como a senhora bem disse, posições definidas que não se dobra. Esse é o grande patrimônio de nós políticos. Não é o discurso, é a ação do Deputado, principalmente quando se trata da ética. E V. Exa. deixa nessa Casa para nós um grande exemplo. Até domingo vou deixar a direção do meu Partido, mas devo lhe agradecer profundamente pela companheira que é, engrandeceu na verdade essa Casa, o nosso Partido pelas suas posições.

Parabenizo e tenho certeza que V. Exa. não deixa a vida pública. Com certeza estará amanhã junto conosco no Governo, defendendo os interesses públicos da população.

Quero lhe parabenizar e que Deus ilumine todos os seus passos junto com a sua família e a mesma coisa faço com o Deputado Hermes Fonseca. Nós devemos na verdade, temos uma consideração muito grande, ajudou, foi um grande companheiro. Tenho uma admiração enorme e dizer que onde estivermos pode contar sempre com o meu apoio e a minha consideração, porque V. Exa. merece e muito.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Quero aproveitar a sua exposição na tribuna desta Casa para me somar ao pronunciamento de V. Exa. em relação a Deputada Elza Correia, ao Deputado Hermes Fonseca, ao Deputado Ratinho Júnior que hoje fizeram um pronunciamento de despedida desta Casa, mas também daqueles que não fizeram pronunciamento e também estão deixando este Parlamento. Naturalmente que cada um da sua maneira contribuiu para que nós pudéssemos fazer um trabalho. Pode ser que não tenhamos feito aquilo que poderíamos ter feito, que imaginávamos que poderia ser feito. Mas, fizemos aquilo pelo que lutamos para fazer. Avançamos, crescemos como seres humanos, ajudamos o Paraná a enfrentar os desafios para melhorar a vida da nossa população. E, neste contexto, foi importante a participação da Deputada Elza Correia e os demais Deputados que nos ajudaram, mesmo com posições diferentes, nesta Casa, nós nos tratamos com respeito, com consideração, sabendo que este Parlamento e o lugar onde se pratica a democracia absoluta, porque aqui convivem as posições antagônicas, os pensamentos diferentes que na verdade pelo respeito que deve-se ter, cada um compreende, objetivando sempre alcançar o objetivo comum, que é a melhoria da qualidade de vida do povo do Paraná.

Portanto, Deputado Dobrandino, quero aproveitar o aparte que V. Exa. me concede para parabenizar nossos Deputados, que hoje estão se despedindo da Assembleia Legislativa, e esperamos que voltem, aqueles que um dia tentarem retornar. E aqueles que não tentarem retornar, possam ter muito sucesso na caminhada que farão nas suas vidas.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Nereu.

Continuando, Sr. Presidente, quero fazer as mesmas considerações com o nobre companheiro e amigo Deputado Rafael Greca. V. Exa. que teve grandes votações em Curitiba, um dos Deputados Federais mais votados, foi Prefeito da cidade de Curitiba com grande êxito. E para nossa surpresa muito grande, V. Exa. não continuar nesta Casa é lamentável, mas o destino é isto. Dizer a V. Exa. que nós temos uma consideração muito grande e que V. Exa. continuará junto conosco, ajudando o povo do Paraná, com certeza, em nosso Governo.

Eu lhe agradeço por tudo o que o senhor nos ajudou, nesta Casa. Os outros Deputados que não se reelegeram, nós queremos agradecer, pelo que ajudaram e fizeram pela população do Paraná.

E para nossos Deputados Estaduais, a Federais: Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, André Vargas, desejar sucesso, e que possam lá em Brasília continuar ajudando o nosso Paraná, que precisa na verdade de apoio político.

Deputado Stica, quero aproveitar esta oportunidade e também dizer que V. Exa. tem de nós uma consideração muito grande. Foi um grande companheiro, com muita capacidade e inteligência. Nos ajudou muito nesta Casa e continuará ajudando nosso Governo. V. Exa. tem de nós, na verdade, um apreço muito grande e eu só posso dizer muito obrigado, porque nos ajudou aqui na Assembleia.

A todos os Deputados que estão encerrando o ano, muito obrigado, um feliz Natal e um bom Ano Novo para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença e número legal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Gostaria de consultar V. Exa, porque o Regimento Interno desta Casa determina que não podem funcionar dois trabalhos ao mesmo tempo, ainda mais hoje que temos matérias importantíssimas a serem votadas: a CPI do Grampo tem que ouvir, agora, o policial Rasera, que já deve estar aqui. Faltam cinco minutos para as cinco da tarde. Quero saber de V. Exa. qual o procedimento nosso, porque aqui tem quatro Deputados que fazem parte da CPI. Qual é o encaminhamento que devemos dar ou pediria a V. Exa. que suspendesse a Sessão para que pudéssemos ouvir.

Quero perguntar a V. Exa. porque o Regimento da Casa determina...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. que deve tomar a decisão...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Não, eu não, porque eu não posso me ausentar do Plenário porque vamos votar matérias importantes daqui a pouco.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

V. Exa. me permita, não é que o Deputado Jocelito tenha que tomar uma decisão. Regimentalmente o que se prevê é o seguinte: é que nada deve atrapalhar o anda-

mento da Sessão normal; qualquer outro compromisso que os Deputados tenham marcado, se for do ponto de vista institucional, tem que se aguardar o compromisso, mas a Sessão tem prioridade.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Posso dar uma sugestão aqui, nobre Presidente, no sentido que passemos a votação da pauta desta Sessão, fazemos a Sessão Especial que vai ter logo em seguida, que vai ser rápida, aí nós suspendemos os trabalhos por trinta minutos para que os membros da CPI possam ouvir o Sr. Raserá.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Voltaremos com duas Sessões Extraordinárias logo após, então aos trinta minutos.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 031, de autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente, solicitando a instalação de telefonia fixa para atender os inúmeros apelos dos moradores da localidade à Rua da Erva Mate, Estrada da Ribeira, Município de Colombo - sentido Bocaiúva do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Não Recebido.**

Requerimento nº 2916, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Reni Pereira, Chico Noroeste e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 15 de dezembro (sexta-feira), em Comissão Geral para o Projeto de Lei nº 531/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. **Recebido. Protocole-se. Conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Requerimento nº 2913, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Especial, para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 264/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo proibir a venda de rifas nas escolas estaduais, visando proteger a criança à exposição de humilhação e a possíveis situações de constrangimento e violência. Fazendo-se cumprir os Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecidos pelo ECA.

Fundamentação

As escolas estaduais de Curitiba têm a prática de disponibilizar rifas, cartelas de bingo e afins para alunos efetuarem a venda, com objetivo de arrecadar recursos para viabilizar diversas atividades desenvolvidas pelas escolas e entidades. Tal prática, muitas vezes, é obrigatória e quando a criança não obtém êxito na venda de suas rifas, fica submetida ao constrangimento perante a escola e até mesmo aos seus coleguinhas de classe.

Ainda, é uma prática altamente perigosa a criança, que terá que vender estas rifas, ficando exposta aos mais variados atos de violência, como atropelamento, seqüestro, abusos sexuais, drogas e outras periculosidades que se afloram em nossa sociedade. Sobre tal assunto, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Conclusão

Ante o exposto, e certa importância do tema em fazer cumprir os Direitos da Criança e do Adolescente dentro da perspectiva de se evitar a exposição e humilhação e a possíveis situações de constrangimento e violência que possa ser submetida às crianças, opinamos pela aprovação da emenda de plenário em questão.

Sala das Comissões, em 18.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

No item 18 da Ordem do Dia consta o projeto de votação da lei orçamentária. Eu queria aqui inicialmente fazer uma consideração em relação a esse projeto, substitutivo geral, composto pela Comissão de Orçamento, o qual eu presido, fazer referência ao trabalho da comissão relativo à recepção das cinco mil emendas propostas pelos Srs. Deputados, o árduo trabalho que se teve. Então, gostaria de destacar o trabalho feito por parte da comissão, da Secretária Ana Beatriz, do Mauro, o Relator Marcos Isfer. E que realmente, depois o Deputado Marcos Isfer, como Relator, vai fazer uso da palavra exatamente para fazer o encaminhamento deste projeto importante que foi conduzido pela Comissão de Orçamento.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

2ª Discussão do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, com emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Está em votação o projeto ressaltada a emenda.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria sinceramente de registrar o voto contrário a esse projeto. Eu falava com o Deputado Rafael Greca que muitas e muitas vezes os alunos de uma escola são utilizados para vender rifa, mas a proibição ampla, geral e irrestrita também pode tirar da escola e, dos próprios alunos da classe, a sua autosustentação em determinadas questões internas da própria classe que pode resolver.

Então, eu registraria, Sr. Presidente, o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Registrado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem uma emenda que nós fizemos a esse projeto, que foi aprovado na CCJ, e eu quero consultar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será votado em seguida, Deputado Strapasson.

Está em votação a emenda.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/06, que extingue na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Ofi-

ais de Administração e cria na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 003/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinto na Polícia Militar do Paraná o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), criado pela Lei nº 4.855, de 30 de março de 1964.

Art. 2º Fica criado, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), constituído, inicialmente, pelos integrantes do extinto Quadro de Oficiais de Administração que optarem para transferência.

§ 1º Aos Oficiais integrados ao QEOPM ficam assegurados os direitos e prerrogativas dos postos que ocupam.

§ 2º Os mesmos direitos e prerrogativas são assegurados aos Oficiais integrantes da corporação que apresentarem o certificado de conclusão do Curso de Oficiais de Administração até a data de 30 de dezembro de 2007.

Art. 3º O Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar será assim constituído:

- I - 01 Coronel;
- II - 02 Tenentes-Coronéis;
- III - 04 Majores;
- IV - 13 Capitães;
- V - 25 Primeiros-Tenentes; e
- VI - 75 Segundos-Tenentes.

Art. 4º Os Oficiais do extinto QOA que optarem pelo ingresso no QEOPM serão transferidos no mesmo posto ocupado na data da transferência.

§ 1º O direito de opção deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, mediante requerimento dirigido ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2º O Oficial que optar em continuar no extinto QOA permanecerá no mesmo posto ocupado, sem direito à promoção, e será classificado segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço.

§ 3º O Quadro de Oficiais de Administração (QOA) permanecerá em processo de extinção até que o último de seus integrantes exerça o direito de opção previsto neste artigo ou seja transferido para a inatividade, nos termos da lei.

Art. 5º O QEOPM é auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos

Quadros de Organização da Polícia Militar, respeitadas as limitações de natureza legal e constitucional.

Art. 6º Os Oficiais do QEOPM têm os mesmos deveres, direitos, prerrogativas e vencimentos dos demais Oficiais da Corporação.

Art. 7º As promoções no QEOPM serão regidas pelos princípios e dispositivos da Lei de Promoções de Oficiais vigente na Polícia Militar.

Art. 8º A promoção ao posto de Major QEOPM fica condicionada à conclusão e aprovação no Concurso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) regular, ao qual somente poderão concorrer os Capitães QEOPM graduados em curso de nível superior.

Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de 02 (dois) anos.

Art. 10. O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior.

§ 1º Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) anos, a contar da vigência da lei em que se deu esta alteração, os Subtenentes e Primeiros Sargentos que tenham concluído o ensino médio e realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) poderão participar do concurso seletivo interno para o Curso de Habilitação descrito no artigo anterior.

§ 2º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 - Músico, a matrícula no Curso de Habilitação.

Art. 11. São requisitos básicos para se candidatar ao Curso de Habilitação:

I - ter, no mínimo, cinco anos de serviço prestado à Corporação como Praça;

II - estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM e não ter sofrido punição de natureza grave nos últimos cinco anos, até a data prevista para o início do curso;

III - possuir conduta social, familiar, moral e profissional que não colida com as atribuições e deveres impostos aos Oficiais da Polícia Militar;

IV - ter conceito profissional favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, homologado pelo Comandante-Geral da Corporação;

V - não estar submetido à Conselho de Disciplina;

VI - não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

VII - não estar respondendo a processo criminal comum ou militar, por crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória decretada até o início do curso.

Art. 12. A seleção para o Curso de Habilitação será composta por exame intelectual, exame de saúde compreendendo exames clínicos, laboratoriais e psicopatológicos, e tese de aptidão física.

Parágrafo Único. Compete ao Comandante-Geral baixar as instruções para a seleção, ingresso, funcionamento e condições de aprovação do Curso, bem como a fixação do limite de matrículas, de acordo com o número de vagas existentes.

Art. 13. O Curso de Habilitação poderá funcionar anualmente, sendo que o concurso de admissão será válido somente para o respectivo curso a que se referir a inscrição.

Art. 14. Os aprovados no Curso de Habilitação o realizarão na condição de aluno e serão promovidos ao posto de Segundo-Tenente QEOPM, permanecendo adiados no respectivo Quadro em caso de inexistência de vagas.

Parágrafo Único. Fica vedado o direito de transferência para a reserva remunerada, a pedido, num período de dois anos, contados da data da promoção ao posto de Segundo-Tenente QEOPM.

Art. 15. O efetivo da Polícia Militar do Paraná fixado na Lei nº 14.960, de 21 de dezembro de 2005, fica aumentado em 07 vagas.

Art. 16. As vagas constantes do artigo anterior serão distribuídas pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 - Oficiais e 2 - Praças desta lei.

Art. 17. O inciso I, do artigo 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais), passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - Curso:

a) Aperfeiçoamento de Oficiais, para promoção ao posto de major combatente ou do Quadro Especial; e

b) Superior de Polícia, para promoção ao posto de coronel combatente ou do Quadro Especial;”

Art. 18. Caberá ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, editar decreto regulamentando o novo Quadro de Organização da Polícia Militar, a ser proposto pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 19. Em caráter de disposição transitória, a promoção dos Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração ao posto de Major QEOPM, fica

condicionada à conclusão e aprovação em Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE), cuja grade curricular, carga horária e demais condições de funcionamento serão baixadas pelo Comandante-Geral no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei.

§ 1º O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especiais para o Quadro Especial será realizado uma única vez, a iniciar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, e poderá ser frequentado somente por Capitães e Primeiros-Tenentes do extinto QOA, graduados em curso de nível superior, sendo que os Primeiros-Tenentes deverão possuir um mínimo de 02 (dois) anos de promoção neste posto.

§ 2º Os Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração (QOA), independentemente do direito de opção estabelecido no artigo 4º, serão classificados segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço, sendo-lhes aplicáveis o disposto no *caput* do artigo 5º somente após a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE) ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ANEXO - OFICIAIS

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	189	206	245	753
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd.	1	5	6	6	16		34
	PM Dent.	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq.		2	1	1	3		7
	PM Vet.				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	75	120
QCPM						1		1
QOE Músico					1	1	2	4
TOTAL		17	59	106	273	326	383	1164

ANEXO II - PRAÇAS

GRAD.QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	175	281	668	1403	2179	11.248	15.954
2-PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1.809	3.203
TOTAL	231	370	785	1.838	2.876	13.057	19.157

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/06, que objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 (um) cargo de provimento em comissão com a denominação de coordenador e simbologia DAS-2. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 376/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 (um)

cargo de provimento em comissão com a denominação de coordenador, símbolo DAS-2.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 427/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que inclui, na Lei nº 11.580/96 (ICMS), vedação de créditos decorrentes de benefícios na origem, sem observância dos critérios legais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 427/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica introduzido o inciso VII do artigo 27, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 27...

VII - quando o imposto devido ao Estado de origem tenha sido reduzido, no todo ou em parte, por concessão de benefício sem amparo em convênio, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, em relação às entradas ocorridas após a publicação de ato do Chefe do Poder Executivo, identificando o Estado de origem, a mercadoria ou serviço, o benefício considerado irregular e o percentual de crédito a que não se reconhece o direito.”

Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com os disposto nas Leis nºs 13.212 e 13.213, de 29 de junho de 2001, no período de suas vigências.

Art. 3º As empresas que tenham sido desenhquadradas dos programas Bom Emprego, Paraná Mais Emprego e Prodepar, que se encontravam em funcionamento na data de implantação do atual Programa Bom Emprego, terão restabelecida a autorização do benefício, observados os limites fixados no Programa criado através do Decreto nº 1.465 de 18 de junho de 2003, pelo prazo de 48 meses, tendo por limite o valor de 02 (duas) vezes o investimento realizado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Museu do Milênio, do município de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/06, que autoriza o Poder Executivo, a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Há um requerimento solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral, porém será dado por prejudicado tendo em vista que não houve emendas.

Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/06, que fixa em 21.047 militares o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Também há um requerimento solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral que está prejudicado.

Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que altera o anexo I, da Lei

nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, Regime T-40, Professor Auxiliar A do Ensino Superior. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública Estadual o Programa do Voluntariado Paranaense de Joaquim Távora, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado. (Com voto contrário do Sr. Deputado Tadeu Veneri).**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/06, que altera dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/03). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que prorroga, por mais 05 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10062, de 16 de julho de 1992, cessão de imóvel para a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Presidente, há quórum suficiente para as votações. Comunico à Mesa que estou me retirando do plenário. Vou ao plenarinho para cumprir a convocação da CPI, haja ou não, hoje, esta CPI, porque é a última reunião. Eu fui sozinho acusado de ser o culpado pela não oitiva do

Rasera, porque tinha um médico. Portanto, estou me retirando do plenário e vou ao plenarinho cumprir o meu papel, para que amanhã não seja eu, na imprensa, o responsável se não tiver essa oitiva.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Chegamos a um acordo para que nós suspendêssemos a Sessão, logo após a Sessão Especial, e em trinta minutos retornaríamos para as duas Sessões Extraordinárias. Então, gostaria de pedir sua compreensão. Acredito que é de entendimento dos demais membros da CPI.

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/06, fica criada na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança - SECR, e adota outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Fundação Estrela de Belém de Amparo aos Idosos, com sede e foro no município de Uraí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/06, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias instalarem biombos, tapumes ou estruturas similares nos locais de atendimento ao público no Estado do Paraná, como forma de preservar a segurança dos clientes destas instituições. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que denomina-se Governador José Richa o prédio que se encontra em conclusão, no Centro Cívico, denominado originariamente Edifício do Fórum. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

**EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 559/06**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 559/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Denomina-se Palácio Tibagi o prédio em construção, no Centro Cívico, denominado originariamente de Edifício do Fórum”.

Sala das Sessões, em 13.12.06.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, JOCELITO CANTO, NATÁLIO STICA, RAFAEL GRECA e DOBRANDINO DA SILVA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2919, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão, por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 559/06.

(Voto contrário registrado dos Srs. Deputados Marcos Isfer e José Domingos Scarpellini)

1ª Discussão

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que denomina Rodovia Antonio Anibelli, a PR-662, trecho que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/06, de 17.04.06, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 191/06**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo denominar o trecho da Rodovia PR-662, compreendido entre Mangueirinha e Segredo, de Rodovia Antonio Anibelli.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Há, porém, a necessidade da devida baixa em diligências, do referido projeto à Secretaria Estadual de Transportes e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para que seja verificado se o trecho mencionado já não possui denominação, com o intuito de não ferir o artigo 1º da Lei Estadual nº 8761/88 que regulamenta:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas da vida paranaense.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o projeto de lei encontra-se em desacordo quanto à técnica legislativa, sendo preciso adotar a emenda em anexo. Ainda, em resposta ao ofício da Secretaria Estadual dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem, verificou-se que o trecho não apresenta denominação.

Portanto, visto que não há impedimento quanto à legalidade e constitucionalidade, e que o trecho não apresenta denominação, somos de parecer favorável, e opinamos pela aprovação do projeto, se adota a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 191/06**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o projeto de lei, em seu artigo 2º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECE-

RES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.(Publ. no DA nº 049/06, de 16.05.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 250/06, de autoria da Deputada Elza Correia, altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, acrescentando parágrafo único ao artigo 10, proibindo a instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

Este projeto já tramitou por esta Casa de Leis sob o nº 312/03, tendo sofrido veto por parte do Governador.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Assembléia Legislativa possui competência para dispor sobre a matéria, conforme artigo 53, incisos VI e XVII da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

omissis

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

Parecer ao Projeto de Lei nº 250/06

Omissis

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal.

A Constituição Federal por sua vez dispõe em seu artigo 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

No mérito, a matéria encontra respaldo legal na Constituição Federal e Constituição Estadual.

Dispõe a Constituição Federal em seu artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Da mesma forma dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 207:

Art. 207 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e pre-

servá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Com efeito, pode e deve o Estado (artigo 24 da Constituição Federal c/c o artigo 207 da Constituição Estadual) obrigar os municípios a manter as estações de tratamento de resíduos sólidos a pelo menos vinte quilômetros de distância dos pólos urbanos, a fim de preservar a incolumidade da população.

Todavia, entendemos que os municípios deverão dispor de um prazo razoável para atender o contido no projeto de lei, pelo que aumentamos o prazo para o início da vigência da lei.

Com relação ao mérito da matéria, que deverá ser debatido em Plenário, deve-se destacar o contido no Veto aposto no Projeto de Lei 312/03, que assim se justificou:

“Visualizando o espaço geográfico dos municípios do Estado do Paraná, e considerando a imprecisão técnica como referencial de localização espacial do significado de núcleos populacionais, é impossível avaliar os benefícios que o projeto de lei propõe.

Entretanto, se considerarmos que os núcleos populacionais se referem a núcleos populacionais urbanos ou divisões administrativas (distritos rurais, patrimônios e cidades) existiria neste caso, uma referência mais precisa que possibilite um estudo espacial mais exato.

A Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a responsabilidade das divisões administrativas, trazendo como consequência à inexistência no cenário cartográfico do Estado, a devida precisão da localização dos referidos núcleos populacionais ou em melhor conceito núcleos urbanos.

Concluindo: podemos estimar que a distância estabelecida no projeto de lei, “instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais”, poderia impossibilitar a instalação de futuros empreendimentos para dar a destinação final adequada aos resíduos gerados pelas indústrias instaladas no Estado do Paraná.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 250/06

O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O artigo 10 da Lei 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

§ 1º Ficam proibidos, em todo território do Estado do Paraná, a instalação e o funcionamento de empreendi-

mentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

§ 2º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais que estejam funcionando em desacordo com o disposto no parágrafo 1º, terão prazo de três anos, a contar da data da vigência desta lei, para se adequarem.”

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

PROJETO DE LEI Nº 250/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, visa alterar dispositivos da Lei nº 12.493/99 - dispõe sobre a destinação dos resíduos sólidos.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/06, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2007. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06, em Mensagens)

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 487/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 20.168.558.090,00 (vinte bilhões, cento e sessenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$ 1.362.828.710,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 18.805.729.380,00 (dezoito bilhões, oitocentos e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 39 da Lei Estadual nº 15226, de 25 de julho de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 17.777.997.240
1.1. Receitas Correntes	R\$ 15.916.064.080
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 16.415.168.530
2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 15.916.064.080
2.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$ 14.553.235.370
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.334.984.390

Em R\$ 1,00

3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.163.313.740
3.2. Receitas de Capital	R\$ 171.670.650
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.055.576.460
4.1. Receitas Correntes	R\$ 575.617.460
4.2. Receitas de Capital	R\$ 479.959.000
5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 18.805.729.380
5.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 17.654.995.280
5.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 16.292.166.570
5.4. Receitas de Capital	R\$ 2.513.562.810

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 17.750.152.920,00 (dezessete bilhões, setecentos e cinquenta milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.127.751.470,00 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III

desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 4.416.040,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, e quarenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o Art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 15226 de 25 de julho de 2006 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art.11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2006, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com o estabelecido no artigo 7º da Lei Estadual nº 15226, de 25 de julho de 2006.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos,

Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgão, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e de acordo com o artigo 37 da Lei nº 15226, de 25 de julho de 2006;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o disposto no artigo 37 da Lei Estadual nº 15226 de 25 de julho de 2006, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no artigo 37, da Lei Estadual nº 15226, de 25 de julho de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2007;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

VIII - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos o excesso da arrecadação de Impostos, para atendimento das despesas previstas no Anexo IX desta lei.

Art.14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocar

das em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários para proceder a transferência para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do Serviço de Loteria do Estado do Paraná – Serlopar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

§ 1º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vincula-

das, R\$ 6.000.000,00, (seis milhões de reais) serão destinados, prioritariamente, para reforço na dotação 5330.08244162.302 - Atenção à Pessoa em Situação de Risco Pessoal e Social, visando à implantação de Centros de Referências e Atendimento à Mulher em situação de violência doméstica e familiar e Casas Abrigos nos municípios de Curitiba, Londrina, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Francisco Beltrão e Toledo, em cumprimento à Lei Federal nº 11340/06.

§ 2º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 500.000,00, (quinhentos mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5302.11333132.300 - Educação Profissional e Social do Trabalhador para a qualificação profissional de 9.000 (nove mil) trabalhadores no Estado do Paraná como contrapartida do Estado ao Convênio MTE / SPPE/Codefat relativo ao Plano Territorial de Qualificação Social e Profissional.

§ 3º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 2.957.500,00, (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.494 - Proteção Social Básica para atender ações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

§ 4º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 1.304.876,00, (um milhão, trezentos e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.495 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - FEAS, para atender ações do Serviço Regional de média e alta complexidade.

§ 5º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas, R\$ 700.000,00, (setecentos mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5360.08243162.503 - Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA, para reforma e melhorias na Unidade Oficial Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim, em Curitiba, de 700 m2, e procedendo aos ajustes necessários à inclusão no Anexo V - Programa de Obras.

§ 6º Dos recursos a que se refere o *caput* do artigo, a serem transferidos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e/ou suas Unidades Vinculadas R\$ 140.000,00, (cento e quarenta mil reais) serão destinados, prioritariamente, na dotação 5361.08244162.490 - Aprimoramento da Gestão - FEAS, para pesquisa sobre condições do atendimento em abrigos de longa permanência para idosos no Paraná.

Art. 24. O saldo financeiro verificado em 31.12.2006, proveniente da diferença entre as cotas libe-

radas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2007, conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 15226 de 25 de julho de 2006.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, conforme descrição constante do Anexo VII, desta Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares e conseqüentemente a alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2006 ou da arrecadação do Detran, efetivada durante o exercício de 2007.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

§3º Ao Anexo VII, decorrente da implantação deste artigo aplicam-se, no que couber, as autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários à implementação das ações previstas no Anexo VIII, desta lei, até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que deverão ser executadas com os recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, resultantes da cobrança do pedágio na Ponte de Guaíra, efetuada até junho de 2005, após a modificação legal da destinação dos referidos recursos, anteriormente restrita a aplicação na própria Ponte, por força do convênio 001/98 firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal.

§ 1º Se a adequação legal de que trata o *caput* deste artigo ocorrer antes do início da execução orçamentária do exercício de 2007, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às modificações por ocasião da incorporação das Emendas do Poder Legislativo a esta lei.

§ 2º Ao Anexo VIII, decorrente da implantação deste artigo, aplicam-se, no que couberem, as autorizações contidas no artigo 13 desta Lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários a proceder à transferência para a Secretaria de Estado do Trabalho,

Emprego e Promoção Social e suas vinculadas, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná – Jucepar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde-Funsaúde, vinculada a Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 29. Os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/02 e 9.547/91, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 30. As receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, conforme disposto pelo inciso I, artigo 43 da Lei Federal 4320/64, serão destinados em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual, decididas no âmbito do respectivo Conselho Estadual.

Art. 31. As receitas provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4320/64, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a incrementar na Secretaria de Estado da Educação, na Paraná Esporte, na dotação 4132.27811012.314 - Implementação e Desenvolvimento de Programas Esportivos, o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico, instituído pela Lei nº 15264/06, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a implantação da Região Metropolitana de Maringá, utilizando como

recurso a dotação 6731.15453061.347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112 - Código de Obra 0001.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para implantação da Região Metropolitana de Londrina, utilizando como recurso a dotação 6731.15453061.347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112 - Código de Obra 0001.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir no Programa de Governo 08 - Desenvolvimento Urbano e Regional, na estrutura programática da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, na Diretoria Geral (6702), na Função Urbanismo (15) as Sub-Funções 452 - Serviços Urbanos e 451 - Infra-Estrutura Urbana.

§ 1º Na Sub-Função 452 - Serviços Urbanos, deverá ser criado o Projeto/Atividade - Apoio Institucional aos Municípios, Associações de Municípios, Consórcios de Municípios e Conselhos de Municípios, com o objetivo de: possibilitar ações de cunho institucional aos Municípios, Associações de Municípios, ao Conselho Estadual das Cidades (Concidades Paraná) e aos Conselhos Regionais das Cidades, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender despesas com manutenção e o Projeto/Atividade - Criação, Estruturação e Operacionalização de Regiões Metropolitanas, com o objetivo de possibilitar a criação de Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, bem como sua estruturação e funcionamento, estabelecendo o desenvolvimento regionalizado das cidades, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender despesas com manutenção.

§ 2º Na Sub-Função 451 - Infra-Estrutura Urbana, o Projeto/Atividade - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios, para prestar apoio aos municípios paranaenses em obras de infra-estrutura urbana e ações similares, de acordo com a política de desenvolvimento estabelecida para o Estado do Paraná, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados para despesas com auxílios financeiros.

Art. 36. Inserir na dotação 1184.16481171.865 - Casa da Família - Habitação Rural, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realizar em parceria com o Governo Federal a construção de habitações rurais, utilizando como recursos a dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, na natureza de despesa 44906500 - Fonte 100.

Art. 37. Fica o Poder Executivo Autorizado a incrementar na dotação 4103.12366012.140 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no Programa de Educação de Jovens e Adultos da Secre-

taria de Educação, visando à ampliação dos convênios firmados entre a SEED e a Arcafar/Sul - Casas Familiares Rurais, utilizando como recursos a dotação 4102.12122012.134 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEED, na natureza de despesa 33903900 - fonte 100.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2007, na estrutura da Administração Geral do Estado - Recursos sobre a Supervisão da SEPL - Programações Especiais Regionais e Multisetoriais, o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para implantação do Projeto Arco Norte que visa à integração dos Municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, utilizando como recurso a dotação 2501.99999999.900, natureza de despesa 33999900 - Fonte 103.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o programa de distribuição de calçário na dotação 6501.20601101.140 - Projeto Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Prodesus/BIRD-SEAB, conforme Lei nº 11175/95, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adicionar ao conteúdo programático da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na Defensoria Pública, na dotação 4904.14422202.249 - Assistência Jurídica aos economicamente necessitados as seguintes ações: organizar a Defensoria Pública em todas as cidades pólo do Estado; criar a carreira de Defensor Público do Estado do Paraná; realizar concurso público para a carreira de Defensor.

Parágrafo Único. Para atendimento ao disposto no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a adicionar ao conteúdo programático da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na Defensoria Pública, na dotação 4904.14422202.249 - Assistência Jurídica aos economicamente necessitados as ações pertinentes à execução do projeto: Justiça Social nos Bairros.

Parágrafo Único. Para atendimento do disposto no *caput* deste artigo deverá o Poder Executivo consignar o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) utilizando como fonte os recursos provenientes de cancelamento de convênios.

lamento da dotação 5102.13392032.270 - Administração do Museu Oscar Niemeyer - MON na natureza de despesa 33503900 - Fonte 100.

Art. 42. O Poder Executivo Estadual adotará as medidas necessárias para consignar no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinados ao Programa Estadual de Fomento ao Teatro, instituído pela Lei nº 14557, de 15/12/04, nos termos do seu artigo 2º inciso I, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para suplementar o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na dotação 4103.12361012.138 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e da Educação Pré-Escolar, no Programa Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para implantar na dotação 4501.12364022.183 - Gestão do Sistema Educacional Superior, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinado à atender despesas de manutenção da Casa do Estudante Universitário - PR, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação da Receita de Impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 45. Para fins do cumprimento no disposto na Emenda Constitucional 29/00, não serão contabilizados como Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas relacionadas a: Despesas com Hospital da Polícia Militar; Despesas com o SAS - Serviço de Assistência à Saúde do Servidor; Despesas com o Paranasan; Despesas com o Ensino nos Hospitais Universitários; e outras vedadas pela Resolução nº 322/04 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 46. Para fins do cumprimento no disposto na Emenda Constitucional 29/00, serão alocados no Orçamento do exercício de 2007, como Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas relacionadas a: saúde do trabalhador; saúde mental; aperfeiçoar a execução das políticas típicas de responsabilidade do Estado (a exemplo de política estadual de sangue e controle estadual de endemias); viabilização de concurso público e alteração da previsão orçamentária na folha de pagamento com a

contratação de novos servidores; a capacitação permanente da totalidade dos profissionais de saúde vinculados à Secretaria Estadual de Saúde - Sesa; organização de serviços ambulatoriais e hospitalares para dar atenção aos portadores de deficiência; organização de serviços ambulatoriais e hospitalares para dar atenção à saúde do idoso.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a recompor as dotações custeadas pela Fonte 100 que foram utilizadas para suplementar o Anexo IX, Emendas à Despesa, até o limite dos valores cancelados, utilizando como recurso o excesso de arrecadação de receitas de impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 dando, ciência à Assembléia Legislativa.

Art. 48. Passam a integrar a presente lei os anexos IX – Emendas à Despesa, X – Cancelamentos à Despesa e XI – Emendas ao Conteúdo Programático, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 49. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, André Vargas, Barbosa Neto e Ademair Traiano.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 487/06

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2007, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 063/06.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 5701 emendas, tendo sido acolhidas destes totais 1943 emendas, sendo 1501 emendas à despesa, 417 emendas ao conteúdo programático e 25 ao texto da lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para todas as áreas e as emendas coletivas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Srs. Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 239.186.500,00 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e oitenta e seis mil e quinhentos reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão dentre as diversas dotações

consignadas na proposta do Executivo, preservando ao máximo do valor original.

Salienta-se que naquele montante estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão.

É de se notar que, ao acatar 1501 Emendas à Despesa, respeitou-se à prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este relator entendeu por bem alterar o artigo 13 do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à tecnicidade peculiar do processo.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões. em 11.12.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: A lei orçamentária que vamos votar agora, o substitutivo, recebeu por parte da sociedade e desses Deputados 5701 emendas das quais foram acolhidas 1943, sendo 1501 emendas a despesas, 417 emendas ao conteúdo programático e 25 delas ao texto da lei.

Quero aqui parabenizar o procedimento da Comissão de Orçamento que não só esteve aberta à sociedade como um todo para discussão das emendas apresentadas, como também ao apoio aos Srs. Deputados que formularam emendas. Mas, principalmente através dos servidores, da Comissão Técnica daquela Comissão puderam ajudar a construir esse substitutivo que hoje iremos votar.

Nós, poderíamos destacar as principais emendas e alterações ao texto da lei, uma vez que as demais emendas se encontram no anexo de obras e no anexo de realizações que é onde os Srs. Deputados apresentaram o maior número de emendas como V. Exa. bem sabe disso.

No artigo 13, inciso II nós reduzimos o percentual solicitado para abertura de créditos suplementares; no inciso IV reduzimos para o limite de 5%, no inciso V para 10%, no inciso VII para 10% e acrescentamos o inciso VIII abrindo créditos até o limite de 5% para atendimento do anexo IX que são aquelas principais emendas apresentadas.

Do artigo 23 que possibilita ao Poder Executivo a autorização para créditos suplementares para a transfe-

rência, para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, dos recursos provenientes do superávit da antiga Serlopar, destinamos conforme solicitações de diversas entidades, seis milhões para atenção à pessoa em situação de risco pessoal e social, visando a implantação de centros de referências e atendimentos à mulher, numa solicitação de todas as Sras. Deputadas e de todos os Deputados desta Casa para o atendimento, a implantação a Lei Maria da Penha. Entendemos que isto era fundamental e importante e aqui está contemplado no orçamento. Quinhentos mil reais para educação e qualificação profissional e social dos trabalhadores do Estado, em contrapartida ao convênio do Ministério do Trabalho. Dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil para o Centro de Referência à Assistência Social - CRAS, também uma solicitação de todos os Deputados desta Casa. Um milhão, trezentos e quatro mil para atender ao FEAS, que é o atendimento às ações do serviço regional de média e alta competitividade, complexidade e, particularmente, naquilo que se refere ao atendimento ao idoso. Setecentos mil reais para o FIA, para reforma da unidade oficial Diva Pereira Gomes. Mais cento e quarenta mil para o aprimoramento na gestão do FEAS e para pesquisas sobre o atendimento de longa permanência para os idosos do Paraná.

Novamente no artigo 29 são emendas propostas aqui por comissões, pelo fórum dos servidores públicos estabelecendo a data-base do servidor público e também a forma de reajuste. O artigo 30 prevendo a abertura, que dos 60% dos créditos adicionais sejam destinados ao financiamento de ações e de projetos na área de educação e de saúde. Ainda a previsão para que trinta milhões de reais sejam dedicados ao programa estadual de fomento e incentivo ao esporte amador. Dois milhões para a implantação da Região Metropolitana de Maringá. Mais dois milhões para a implantação da Região Metropolitana de Londrina. Recursos da SEDU para a infra-estrutura urbana e para o apoio às associações de municípios. Dois milhões para a construção de habitações rurais e mais dois milhões para o apoio de educação de jovens e adultos. Dois milhões e meio para a integração do projeto Arco-Norte. Artigo 39: recursos no valor de quatro milhões, para o atendimento ao pequeno e micro agricultor - uma emenda apresentada por diversos Deputados e sempre capitaneada pelo Deputado Zucchi, de apoio ao calcário.

Fica também o Poder Executivo autorizado, no artigo 40, criar a defensoria pública um reclamo de muitos e muitos anos - um milhão de reais destinados a isso. No artigo 41 ficam também mais 350 mil reais para a dotação, para a Secretaria de Defensoria Pública. Cinco milhões de reais destinados ao programa estadual de fomento ao teatro, que é um reclamo dos Deputados que aqui defendem a área da cultura e de toda a sociedade. Vinte milhões de reais para o transporte escolar, uma solicitação da Associação dos Municípios do Paraná e de todos aqueles que sabem da dificuldade que os nossos

municípios têm no atendimento do transporte escolar. Três milhões de reais, uma solicitação da Casa do Estudante Universitário - esta casa está praticamente caindo e é necessário que se preserve, porque é o local aonde todos aqueles alunos que vem fazer parte, ou seja, da possibilidade de estudar e fazer a sua faculdade, custeados por não terem recursos, precisam ter onde se alojar.

O Artigo 45, muito importante, debatido profundamente por toda a área da saúde, feita através da Comissão de Saúde desta Casa, onde o Deputado Tadeu Veneri presidindo aquela comissão e na participação de inúmeros Deputados da Secretaria de Estado da Saúde, enfim, de toda a sociedade para que efetivamente aqueles itens, que o nosso Tribunal de Contas do Estado sistematicamente tem vetado, como não sendo específicos da área de saúde, como é o caso do nosso atendimento ao servidor, eles fiquem excluídos deste índice. Desejamos que todas essas ações e há pouco ainda ouvíamos o Deputado Dobrandino falando da inauguração do Centro de Reabilitação muito importante para o Estado do Paraná e nós entendemos que se o Governo do Estado priorizar as áreas de saúde, contratar as pessoas necessárias para que esses hospitais tenham o seu funcionamento regulamentado e regularizado já para este ano, naturalmente os recursos de 12% para a área da saúde estarão atendidos.

Então, por isso fizemos questão de aqui colocar essa Emenda que exclui aqueles itens que não são considerados pelo Tribunal de Contas, razão dos discursos do Deputado Neivo nesta Casa sistematicamente, porque as contas dos Governos vêm a esta Casa todas elas com ressalva nessa área da saúde, uma vez que nunca se atinge os 12%. E no artigo 46, nós contemplamos então tudo aquilo que pode também ser incluído na área de saúde, para dar justamente a possibilidade do Governo do Estado atingir esses índices.

No artigo 47, nós também deixamos abertura para atendimento às Emendas à despesa e no artigo 48, dizendo quais os Anexos que passam a fazer parte.

Então, quero dizer que pelo quarto ano sou o Relator do Orçamento nesta Casa e tenho orgulho de nos últimos quatro anos ter sido o Relator do Orçamento nesta Casa. Acho que esta Assembléia avança e avança muito na discussão da fiscalização dos recursos públicos. Vejo que muitos Deputados têm a preocupação efetiva de fiscalização, as Comissões de Saúde e de Educação, tanto que vemos neste ano e temos que elogiar o Governo do Estado remeter a esta Casa 30% para aplicação na área de educação, o que tenho certeza que vai possibilitar que um antigo reclamo, ou seja, dos 25% apenas em educação básica serão contemplados. Queremos ver que isso também passe a ocorrer na área da saúde e temos certeza que muito se avançou.

Por ser um momento em que não me despeço desta Casa, mas me afasto desta Casa, quero dizer e agradecer a oportunidade e a confiança que os senhores tiveram, nos deixando ser o Relator do Orçamento nesses anos. Agradeço ao Edson Strapasson e a todos os componen-

tes, o Deputado Duílio Genari, Barbosa Neto, Durval, Traiano, André Vargas, todos os componentes da Comissão de Orçamento e agradecer o apoio de todos os Deputados que nas suas áreas sempre nos trouxeram as Emendas que aqui estão contempladas, dizer que tenho certeza que a próxima Legislatura terá muito a fazer aqui nesta Assembléia, terá muito a fiscalizar, terá muito a cobrar do Executivo, terá muito a construir junto com o Executivo e com o Judiciário um Paraná melhor. Dizer àqueles que vão a Brasília, que lá também esse assunto do Orçamento é muito importante, não apenas pelo lado muitas vezes negativo apresentado das Emendas Constitucionais e Emendas que acabam se transformando em problemas, mas principalmente porque o atendimento da aplicação do dinheiro público, quando bem feito e bem fiscalizado, faz com que tenhamos um País melhor e tenhamos um Estado melhor.

Então, agradeço a oportunidade que todos os senhores cinqüenta e quatro Deputados me deram de poder aqui novamente estar relatando o Orçamento! Quero agradecer a esta Assembléia, onde muito cresci ao longo desses três mandatos e quero agradecer àqueles que já me acompanhavam desde os mandatos de Vereador na Câmara Municipal de Curitiba e que comigo aqui também tivemos a oportunidade de militar e quero dizer ao povo do Paraná que me afasto das funções públicas, mas não me afasto da eterna mania de construir Partido, da eterna mania de estar ao lado da população, de estar do lado daqueles que mais precisam, fazendo uma política que nós acreditamos seja saudável e aquilo que pode contribuir com a sociedade. Concedo um aparte à Deputada Elza.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Deputado Marcos, porque não cabe aparte no encaminhamento.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eu não estou encaminhando, mas estou discutindo, Deputado Pedro Ivo. Estou discutindo o Substitutivo.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

É de praxe da Assembléia Legislativa, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que está presidindo a Sessão, que o Relator quando faz a exposição do Orçamento, que os Deputados que tenham dúvidas possam exatamente apartear-se para que possam ser esclarecidas as dúvidas que possam porventura, surgir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, conforme o Regimento, Deputado, a Deputada Elza poderá fazer também o encaminhamento ou discutir o projeto também.

Então, conforme o Regimento, V. Exa. poderá também fazer a discussão do projeto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, mas ele está discutindo, ele não está encaminhando, está discutindo. Na discussão pode...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

O Regimento Interno permite que no processo de discussão, possamos fazer aparte, o que não pode acontecer no processo de encaminhamentos. Gostaria muito de fazer esse aparte ao companheiro Isfer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Eu peço a compreensão dos Srs. Deputados. Todos os Deputados têm condições de aparte, não cabe no Regimento. V. Exa. poderá pedir um aparte, eu não vejo a diferença de pedir aparte.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu pedi um aparte, está concedido?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado tem quinze minutos como Relator e V. Exa. poderá ter dez minutos também.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, no artigo que prevê a discussão do Orçamento são trinta minutos para discutir o Orçamento, o Substitutivo, e sempre, pelo que eu saiba, nas discussões, no encaminhamento, não são permitidos os apartes.

Nas discussões é permitido que haja aparta justamente para que se debata o Orçamento, porque senão nós vamos ficar limitados a essa discussão. E eu gostaria que fosse observado porque é um rito especial para a votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós vamos consultar a assessoria da Mesa para responder a V. Exa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, artigo 206 do nosso Regimento Interno, parágrafo único: "Durante a discussão do Parecer, poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar a palavra em apenas cinco minutos.

Depois de todos os oradores terem falado, o Relator poderá replicar no prazo de cinco minutos, não prorrogados". Portanto, no artigo 206, parecer do relator sobre o Projeto de Lei Orçamentária, ou sobre emendas, poderá, o processo de discussão comporta aparte. Mas, eu vou falar pela ordem se não puder, está demorando tanto, temos tantas coisas para fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputada Elza, conforme a assessoria da Mesa, V. Exa. poderá pedir encaminhamento também, o relator tem o seu prazo.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada, Sr. Presidente, mas eu acho que há uma divergência...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputada Elza, nós temos que seguir o Regimento, porque nós temos duas Sessões Extraordinárias e mais uma Sessão Especial. Eu peço a V. Exa. que conclua, Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eu vou concluir dizendo apenas o seguinte: a construção deste Orçamento, deste Substitutivo ao Orçamento foi realizado com o maior respeito à sociedade. Não tivemos a oportunidade de discutir com os representantes do Governo do Estado, tanto na Comissão de Saúde, quanto em uma outra reunião realizada no salão nobre desta Casa. Enfim, com uma ampla discussão e com todos os envolvidos. Então, esse substitutivo foi efetivamente construído dentro daquilo que a sociedade paranaense entendeu ser o melhor para o Estado do Paraná no ano vindouro de 2007.

Felicidades a todos os senhores. E àqueles que depois não tivermos mais a oportunidade de nos vermos, uma boa legislatura a partir de 2007.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, nobres colegas, eu apenas, não seria nem aparte, seria melhor porque não tenho grandes indagações porque acompanhei o processo de discussão, apresentamos emendas, discutimos com a equipe. Eu queria apenas ter tido a oportunidade, como me garante o Regimento Interno em apartear o processo de discussão para dizer que o orçamento da Casa se reforça a medida que o nosso Presidente Strapasson e o nosso Relator Isfer conduzem esse processo de discussão dentro de um grande espaço democrático orientando, indo e vindo, voltando as emendas, pedindo que possamos aperfeiçoar ou melhorar.

Então isso é que garante dentro da Assembléia Legislativa que saia um orçamento como pensar e com a participação de todos os Deputados. Era essa a questão que queria apartear o Deputado Isfer que conduziu com muita sabedoria, propriedade competência durante todo esse tempo o nosso orçamento. Vamos daqui a pouco votar as emendas. Não sei se hoje ainda ou amanhã. Provavelmente amanhã, hoje é a constitucionalidade.

Então, acho que haveremos de aprovar por unanimidade. Além de cumprimentar o nosso companheiro Strapasson e o Marcos Isfer pelo trabalho, e não é um trabalho simples, é demorado, difícil, cumprimentar a Ana Beatriz como faço sempre pelo empenho, pela dedicação sua e de toda a equipe que trabalhou com você pela paciência, pela tolerância e pela disponibilidade que tiveram conosco na discussão das emendas. Acho que as emendas coletivas são substanciais e muitas delas como é o fato da criação de dois milhões e meio para o arco norte em Londrina, um projeto extraordinariamente importante, só

lamento que o autor tenha demitido o autor deste projeto que é o nosso companheiro de partido o Luiz Figueira.

Também dizer que esse um milhão para Defensorias Públicas e os recursos para o investimento na atuação dos direitos das mulheres em situação de violência e para garantir a aplicação da Lei Maria da Penha são considerados avanços e são oriundos de discussões da Comissão dos Direitos da Mulher nesta Casa presidida pela companheira Cida Borghetti acatada pela Comissão de Orçamento. O que muito honra a Bancada feminina desta Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Para Discutir)**

Pedi para discutir, porque acho que é preciso reconhecer o trabalho feito, como já fez a Deputada Elza Correia, pela Comissão de Orçamento. E principalmente porque a Comissão de Orçamento teve sabedoria para de uma forma democrática acatar muitas das emendas apresentadas pelos Srs. Deputados. Emendas que sabemos, Deputado Marcos Isfer, poderão ser cumpridas na íntegra, mas que são um instrumento público bastante poderoso para que possamos fazer o debate com a sociedade. E de todo orçamento gostaria de destacar dois artigos: o artigo 40 e os artigos 44, 45. O artigo 40 porque diz aquilo que o Deputado Marcos Isfer aqui se referiu, que fica o Poder Executivo autorizado a adicionar o conteúdo programático da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Defensoria Pública.

Ou seja, organizar a Defensoria Pública e realizar concurso para a carreira de defensor. Não há talvez entre todas as emendas, não há emendas melhores, não há emendas menos importantes. Mas sem dúvida nenhuma, essa é uma das emendas, não sei por quem foi apresentada esta emenda. O Deputado Marcos Isfer está sinalizando que é uma emenda coletiva. E sem dúvida nenhuma talvez uma das emendas mais importantes que temos neste orçamento, porque ela poderá revolucionar a relação que temos com a Defensoria Pública do Estado, que aliás é inexistente. A Defensoria Pública do Estado do Paraná, não está organizada. Nós votamos recentemente aqui a autorização, nem autorização porque o Governo não precisa, mas votamos a possibilidade de termos a Defensoria Pública e organizarmos a carreira.

Pois bem, agora no orçamento há uma emenda que permite que seja feito. É preciso que o Estado organize a Defensoria Pública, não apenas para aqueles que muitas vezes nós achamos que precisam da defesa na relação, como os presidiários que já cumpriram pena, mas que não podem sair porque não têm ninguém que vá para lá fazer minimamente o trabalho de acompanhamento, mas também para aqueles que muitas vezes precisam fazer a defesa do cidadão, inclusive, contra o Estado.

Isso acontece em Estados como Rio Grande do Sul, como São Paulo, o Acre, o Mato Grosso, têm sido de extremo sucesso. Então parabenizar a Comissão, Deputado Strapasson, por ter acolhido essa emenda, pela iniciativa da emenda, eu não subscrevi essa emenda. Então eu tenho muita tranquilidade para falar nisso. Parabenizar

todos os Deputados que tiveram a iniciativa. Espero que isso seja no ano que vem cumprido na íntegra, porque nós vamos ter um salto de qualidade no que diz respeito aos direitos e a cidadania do Estado do Paraná.

A outra emenda que eu quero fazer aqui uma consideração e também elogiar o trabalho da Comissão de Orçamento é com relação a emenda que o Deputado Marcos Isfer, também, se referiu que é fruto de um trabalho desenvolvido entre o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Plenária Estadual de Saúde, que junto com todos os Conselheiros estaduais e municipais de saúde, teve a iniciativa de fazer. Nós apenas encaminhamos aqui, o Deputado Marcos Isfer, eu, o Deputado Strapasson, o Presidente da Comissão de Saúde Deputado Accorsi, apenas encaminhamos para que esses organismos vivos da sociedade através das suas reivindicações pudessem ver essa emenda contemplada. Que é a emenda que diz aquilo que pode, aquilo que não pode ser gasto em saúde, que o nosso colega de Bancada Deputado André Vargas já no primeiro ano de mandato, havia também sinalizado.

Então parece que é um caminho que nós estamos tendo correto, porque todos os anos, nós estamos tendo algumas divergências com relação a isso. Inclusive, nós estamos, muitas vezes, impedidos de recebermos os impasses de recursos do Governo Federal, porque não cumprimos os 12% como prevê a Emenda Constitucional nº 29/00. Então se nós fizemos com que essa emenda também na prática seja uma emenda cumprida, nós vamos estar resolvendo uma série de problemas não apenas para a população do Paraná, mas também para o Governo do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de todas as emendas que estão aqui, eu acho que todas as emendas têm a sua importância, mas eu fico bastante satisfeito de ter visto que duas emendas que são debates hoje na sociedade, que são essenciais para que nós possamos fazer, de um lado a democracia e do outro lado o respeito, aquilo que preconiza a Constituição, as duas emendas estão contempladas. Eu espero que obviamente, no próximo ano, dentro das possibilidades do Estado, possamos discutir a sua implementação.

Obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) **(Pela Ordem)**

Faço pela ordem, porque o Deputado Relator Marcos Isfer fez o encaminhamento por parte da Comissão de Orçamento, esse projeto, mas é importante destacar aqui, eu que retornei a esta Casa no início deste ano, assumimos a condição de Presidente da Comissão de Orçamento, e quero aqui parabenizar a forma democrática e a forma que o Deputado Marcos Isfer conduziu a relatoria desse projeto, como citado por outros Deputados, abrindo através das Audiências Públicas, recepcionando sugestões, acolhendo por parte da sociedade organizada, importantes pleitos que estão hoje, atendidos no Orçamento. Principalmente, também, parabenizar o trabalho da Secretária Ana Beatriz, juntamente com o Mauro e

toda a equipe de apoio, que trabalham diuturnamente desse período final, para que nós tivéssemos hoje, a condição de estar votando a Lei Orçamentária que vai conduzir toda ação de Governo durante o ano de 2007.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Jayme Watt Longo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 123/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 520/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo conceder título de Cidadão Honorário ao Doutor Jayme Watt Longo.

Fundamentação

Dispõe a Lei 13.115 de 14.02.01:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Pertinente a tal matéria dispõe a Lei 14.677 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001 que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembleia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de cidadão Honorário ou de cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

De acordo com tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de

projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembleia Legislativa, dos oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, em sede de parecer esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quarenta e seis Srs. Deputados responderam SIM à chamada nominal. Está **aprovado** por unanimidade.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que isenta de ICMS a saída de óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras nacionais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 528/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por fim isentar a cobrança de ICMS as saídas internas de óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras nacionais registradas no Estado do Paraná, junto à Capitania dos Portos e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, atendido ao disposto no Regulamento do ICMS.

Legalidade e legitimidade

Exordialmente, necessário relevar que para concessão de isenção no ICMS é indispensável a efetivação de convênio entre os entes federados. No caso ora sob comento, denota-se que este pressuposto foi atendido, por força do Convênio ICMS 58/96, que autoriza os Estados a concederem isenções nesta área da economia. Contudo, veja-se a cláusula primeira de tal Convênio:

Cláusula primeira: Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do ICMS na saída promovida por distribuidora de combustíveis, como tal definida pelo Departamento Nacional de Combustíveis - DNC e desde que devidamente credenciada pelas Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação das unidades federadas, para o fornecimento de óleo diesel a ser

consumido por embarcações pesqueiras nacionais que estejam registradas no órgão controlador ou responsável pelo setor.

Neste ponto em destaque, exige-se o credenciamento junto à Secretaria da Fazenda, fato não trazido no presente projeto. Referente ao termo isenção utilizado no projeto de lei, necessário salientar que pelo mecanismo utilizado não ocorre o instituto. A isenção tributária não permite o nascimento da obrigação de pagar o tributo. No caso listado existe a cobrança, que em momento posterior será ressarcida. Ora, este é, por certo, um benefício fiscal, mas não sob a nomenclatura de isenção. José Eduardo Soares de Melo assevera que: “A isenção, veiculada em legislação ordinária, delimita a regra de incidência tributária, impedindo que ocorra o nascimento de respectivo fato gerador. Exclui da tributação o fato gerador que naturalmente geraria a obrigação tributária.” O que se deduz é que o fato gerador ocorre para em momento ulterior ocorrer a “devolução” da quantia paga.

A competência para legislar sobre o assunto está disposta na Constituição do Estado do Paraná:

Portanto, a iniciativa de lei está coadunando com regra constitucional.

Conclusão

Assim, concluímos que não há óbice para regular tramitação, e portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/06, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que objetiva a criar o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado da Criança e dá outras providências. SEM PARECERES. **(Projeto oriundo da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 550/06, conforme entendimento ocorrido em Sessão Plenária dia 13.12.06 - DA nº 146/06). Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 599/06

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 550/06, oriundo da Mensagem nº 067/06 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta originalmente para o seu artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º Fica criado o seguinte cargo de provimento em comissão:

- 1 (um) cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, símbolo AE-1.

Sala das Sessões, em 13.12.06.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUMARÃES, VALDIR ROSSONI, TADEU VENERI, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda modificativa para efeito de sanear o projeto de lei em relação a inconstituci-

onalidade verificada em seu artigo 2º que afronta o ordenamento jurídico nacional no que respeita às normas gerais de alcance nacional que disciplinam a elaboração legislativa.

O projeto, como apresentado, desobedece os comandos normativos ditados pela Lei Complementar 97/98, alterada pela Lei Complementar 107/01, que dispõe sobre normas gerais sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

“Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2849 a 2851, 2853 a 2856 e 2870, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Elza Correia, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constantes do expediente de Sessão anterior. **Prejudicados.**

Requerimento nº 2912, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2918, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 2925, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2925-A, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para sexta-feira, às 09h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 174, 191, 264, 250, 363, 510, 453, 542, 543, 546, 549, 550 e 569/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 309/05, 061, 247, 248, 273, 452, 538, 545, 561, 563, 564, 568 e 573/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 005, 006, 019/05 e 018/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 030/06.

Levanta-se a Sessão:

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1094/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução nº 64/90 e artigo 33 parágrafo 1º da Resolução nº 159/90, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder aos servidores, efetivos, estáveis e inativos, excluídos os ocupantes das carreiras de Procurador e Consultor Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, reajuste de 11,98% (URV) (onze ponto noventa e oito por cento), em seus vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissão

Especial de Investigação - Fazendas

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Investigação de Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná, na sala de reuniões das comissões, às 10h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos Srs. deputados: Barbosa Neto, Miltinho Pupio, Duílio Genari e Reni Pereira. Havendo número legal o Sr. Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença dos deputados e mais o Procurador do Ministério Público, Dr. Wanderley Batista da Silva. Na sequência, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Deputado Barbosa Neto que proceda a leitura da proposta de relatório final. Após a leitura o Sr. Deputado Miltinho Pupio, parabeniza o trabalho do Relator, ao mesmo tempo em que SOLICITA VISTAS à proposta de relatório final para um maior conhecimento da matéria. O Sr. Deputado Duílio Genari da mesma forma, SOLICITA VISTAS. O Sr. Presidente defere, informando que os Srs. deputados farão

a análise da proposta de relatório final, e amanhã nos reuniremos nesta sala, às 10h00, para a discussão e votação do Relatório Final desta Comissão. A seguir o Sr. Presidente solicita ao Sr. Deputado Duílio Genari que proceda a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária, a qual após lida é aprovada por unanimidade. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Investigação de Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná, na sala de reuniões das comissões, às 10h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos Srs. deputados: Barbosa Neto, Miltinho Pupio, Duílio Genari e Reni Pereira. Havendo número legal o Sr. Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Miltinho Pupio, que fez a leitura de sua proposta, encaminhada na forma de emenda, com o objetivo de proceder alterações à proposta de relatório final apresentado pelo Relator na reunião anterior, Deputado Barbosa Neto. Na sequência, o Deputado Barbosa Neto argumenta que as propostas do Deputado Miltinho Pupio prejudicam e mutilam o seu Relatório. O Presidente solicita ao Consultor Jurídico da CEI, Dr. Jefferson Abade que esclareça juridicamente a proposta do Deputado Miltinho Pupio. Após os esclarecimentos jurídicos constatou-se a fundamentação jurídica para o Relatório do Deputado Barbosa Neto, bem como às propostas do Deputado Miltinho Pupio. A seguir os demais deputados fizeram suas argumentações. O Sr. Presidente registra e agradece a presença do Deputado José Domingos Scarpellini. A seguir o Sr. Presidente comunica que vai colocar em votação a proposta do Deputado Miltinho Pupio, através da Emenda apresentada. Sendo a mesma aprovada com voto contrário do Deputado Barbosa Neto. Após o Presidente coloca em votação o Relatório do Deputado Barbosa Neto, o qual foi aprovado com a alteração proposta pelo Deputado Miltinho Pupio. Ao término da reunião o Sr. Presidente coloca em votação a ata da reunião anterior, comunicando que o Deputado Barbosa Neto solicitou a dispensa de sua leitura, sendo a mesma aprovada. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário